



**ARQUITETURA NA RESSOCIALIZAÇÃO  
UMA PROPOSTA CONCEITUAL PARA A  
COLÔNIA PENAL AGRÍCOLA DE PALHOÇA**

**NATÁLIA BRUHL**

# AGRADECIMENTOS

Em especial à minha mãe, Rogéria, por ter me apoiado e me auxiliado de tantas formas para que esse trabalho ficasse completo. Seu profissionalismo e dedicação me motivaram a pensar em um futuro mais humanizado para um local tão hostil. Obrigada pelo apoio e força durante todos esses anos de graduação, sem você eu não teria chegado até aqui.

À minha irmã, Camila, por estar comigo nos altos e baixos da vida. Ao Bento, pelo carinho e amor sempre. Ao meu namorado, Gabriel, por ser meu professor particular e meu porto seguro.

À minha orientadora, Maíra, pela dedicação, sensibilidade e paciência durante todo o período da realização desse trabalho. Obrigada também à Universidade Federal de Santa Catarina pela oportunidade de cursar uma graduação tão bem conceituada.

# SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>2. O SISTEMA PRISIONAL</b>	<b>2</b>
2.1. A EVOLUÇÃO DA PENA E O SURGIMENTO DAS PRISÕES	2
2.2. O SISTEMA PENATENCIÁRIO NO BRASIL	3
2.3. COLÔNIAS PENAIS NO BRASIL	4
2.4. POPULAÇÃO ENVOLVIDA	5
2.5. ASSISTÊNCIA EM ATIVIDADES EDUCACIONAIS E LABORAIS	6
2.6. PROBLEMÁTICAS	7
2.7. O AMBIENTE COMO PROMOTOR DE ESTRESSE E BEM-ESTAR	8
<b>3. COLÔNIA PENAL AGRÍCOLA DE PALHOÇA</b>	<b>9</b>
3.1. HISTÓRICO	9
3.2. INSERÇÃO URBANA E CONDICIONANTES AMBIENTAIS	10
3.3. ROTINAS DOS INTERNOS	11
3.4. EDIFICAÇÕES EXISTENTES	
<b>4. PROPOSTAS</b>	<b>15</b>
4.1. CONCEITO	15
4.2. PROGRAMA PROPOSTO	16
4.3. ZONEAMENTO PROPOSTO	17
4.4. DEFINIÇÕES DE PARTIDO ARQUITETÔNICO	21
4.5. ESTUDO DE MASSAS	22
<b>5. BIBLIOGRAFIA</b>	<b>25</b>

# 1. INTRODUÇÃO

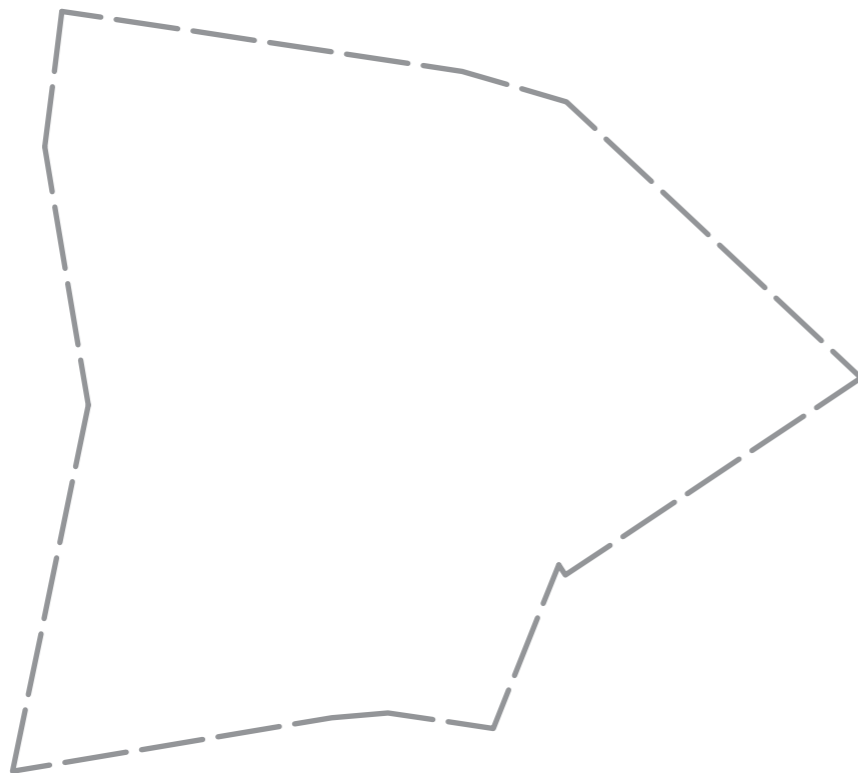
O sistema penitenciário brasileiro é amplamente conhecido por ter falhas estruturais importantes: são espaços muitas vezes insalubres, superlotados e esquecidos pela sociedade. Junto a isso, soma-se o preconceito da sociedade e sua negligência ao assunto. A justiça, por sua vez, vem tentando aplicar a ressocialização como forma de recuperar os detentos para a vida em liberdade, mas ainda caminha a passos lentos.

Este trabalho é o resultado de pesquisas relativas à história da pena e das primeiras prisões, do sistema penal brasileiro e focando em uma modalidade pouco conhecida de penitenciária: as Colônias Penais. Nessas instituições, os detentos cumprem o final de suas penas e são locais onde estes, teoricamente, teriam mais oportunidade de se preparar para a liberdade, trabalhando interna ou externamente, estudando e interagindo com a sociedade. Porém, não são todos os estados brasileiros que possuem Colônias Penais em seus sistemas de detenção. Como apresentado neste trabalho, nove estados são carentes dessa modalidade.

No estado de Santa Catarina há apenas uma Colônia Penal em funcionamento, localizada no município de Palhoça, na Grande Florianópolis. Inaugurada oficialmente em 1998, atualmente a unidade possui mais de seiscentos internos. A instituição possui uma área de aproximadamente 340 mil metros quadrados que por muito tempo foi utilizada para agricultura e criação de animais, produzindo boa parte dos alimentos produzidos para consumo próprio e de outras instituições penais próximas. Atualmente, não existe mais esse tipo de atividade no local, deixando a extensa área da unidade inutilizada. Em contrapartida, a produção industrial ganhou força e hoje muitas empresas estão instaladas no local, empregando a mão de obra dos detentos, mas sem oferecer cursos de capacitação, por exemplo, que pudesse contribuir com a formação dos internos.

Ao visitar e fazer a pesquisa de campo na unidade de Palhoça, percebeu-se que há diversas problemáticas que poderiam ser resolvidas e também potencialidades a serem exploradas para uma melhor vivência e ressocialização dos internos. Foi possível perceber que há uma movimentação dos funcionários e diretoria do local para tentar tornar esse local mais agradável e humano, porém falta um planejamento estratégico em mudanças organizacionais e físicas para o local, que deveria ser oferecido pelo Estado.

Levando tudo isso em consideração, este trabalho apresenta uma proposta conceitual de planejamento global de desenvolvimento para a Colônia Penal Agrícola de Palhoça, apresentando novos conceitos e um programa com diversas edificações e equipamentos que possam tornar a vida de quem trabalha ou vive ali mais agradável, com uma relação menos hostil e aproximando-se o possível com a realidade da vida em liberdade. Conceitos de ressocialização, de psicologia ambiental e sustentabilidade foram essenciais para essa proposta.



## 2. O SISTEMA PRISIONAL

### 2.1. A EVOLUÇÃO DA PENA E O SURGIMENTO DAS PRISÕES

A sociedade sempre buscou formas de punir aqueles que desobedeciam à ordem ou que causavam danos aos outros. Na antiguidade, era comum castigar o transgressor com um sofrimento igual ao que este causou em sua vítima, geralmente utilizando o corpo para a punição: ao esturpador cortavam-se os órgãos genitais e aos falsos escribas cortavam-se as mãos.

Na Idade Média, a Igreja passou a utilizar a pena de prisão para o clero que cometesse crimes de forma a evitar a pena de morte, comum na época. Dessa forma, aquele que fosse punido deveria ficar em uma cela para reclusão solitária, estimulando o arrependimento pelo erro cometido. “Foi da internação em mosteiros e reclusão em celas que se originou a pena privativa de liberdade e o uso da expressão celular” (OLIVEIRA, 2003, p.38).

Entretanto, estas penas demoraram muito para se tornarem comuns a todas classes sociais. Até o final do século XVIII a pena mais comum era a de morte, geralmente acompanhada de torturas, onde a execução da punição era um ato público.



Criminosos sendo torturados na Idade Média  
Fonte: Oliveira, 2003.

“Desde a Revolução Francesa o sistema penal passou a ser amplamente criticado, pois até então o sistema era cruel, arbitrário e pouco racional. Após a Revolução, estabeleceram-se as bases que permitiram evoluir em direção a um sistema mais coerente e humano.” (AMARAL, 2014, p.19)

No início do século XIX chegou-se à conclusão de que a cerimônia de tortura do apenado não causava mais a reação esperada, já não servia mais como ensinamento para os cidadãos. Assim, ficou claro para as autoridades que era necessário uma reforma na maneira de punir, acabando com o período de penas com vingança pública e iniciando o período humanitário.

Até então quem detinha o poder de decisão sobre as penas e a forma como seriam realizadas era o monarca, o que tornava a justiça penal incerta e discricionária. Com o surgimento do Código Penal Francês de 1810 foram banidas todas as formas de mutilações e reduzidas as penas de morte, assim como a criação do cargo de juiz que julgava de forma imparcial qualquer punição. Cada país tomou seu tempo para chegar a essas mesmas conclusões e adotar o fim da pena capital e diversos tipos de torturas, o que em diversos casos levou muitos anos.

A detenção iniciou como forma de evitar fugas dos condenados que esperavam pelo seu momento de execução. Sendo assim estes espaços eram localizados nos palácios reais ou nas muralhas que cercavam as cidades. Muitas vezes, devido a condições financeiras e sociais da época, não era possível a construção de um espaço para acolher estes apenados, sendo “utilizados até buracos em forma de fossas, onde o condenado era remetido para ser exposto e lhe aplicarem suplícios. Lá, apodrecia na imundice, no meio de vermes” (OLIVEIRA, 2003, p. 47).

Essa forma de detenção, até então temporária, não era considerada como pena e também não era ligada a crimes específicos. Como citado anteriormente, foi com a Igreja que a prisão se tornou uma forma de punição, na forma de privação de liberdade. Por muitos anos esse tipo de pena manteve um caráter vago, sendo que apenas no século XVIII passou a ser considerada pena definitiva em substituição à execução.

As primeiras experiências com prisões foram na Europa, nas cidades de Londres (1550) e Amsterdam (1595). Inicialmente as edificações com este propósito eram chamadas de casas de força e tinham a finalidade de institucionalizar mendigos, prostitutas e jovens que viviam de forma desonesta.

Nesses locais os apenados eram obrigados a trabalhar, tinham condições de higiene precárias e recebiam apenas o mínimo para se alimentar, normalmente pão e água. As prisões geralmente eram subterrâneas e encontradas em situações terríveis, com presos em condições insalubres, sem nenhuma norma de moral ou educação.

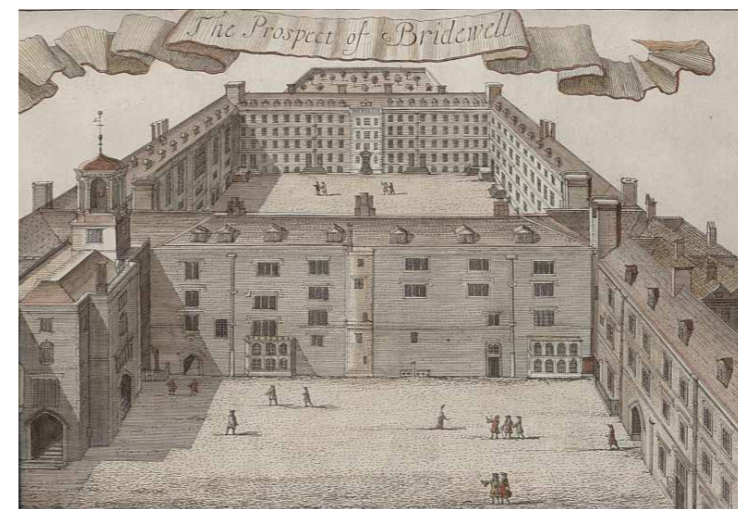
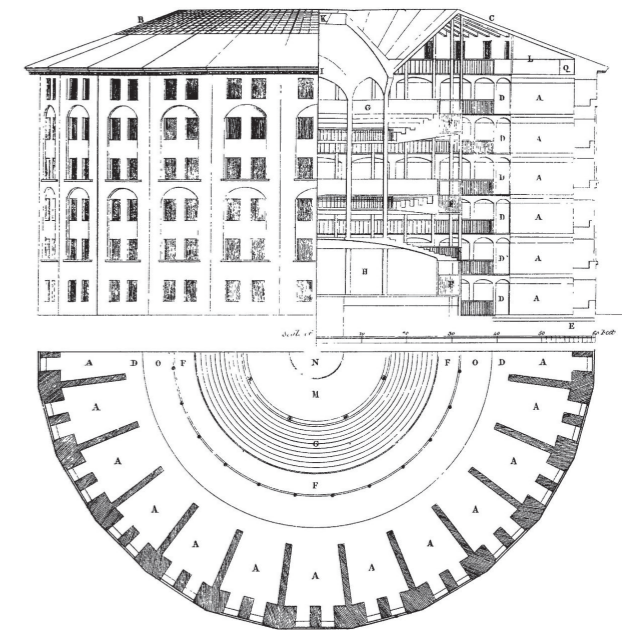


Ilustração de uma das primeiras penitenciárias em Londres, a Bridewell, já em 1700.  
Fonte: Amaral, 2014.

A situação precária das prisões só mudou quando o escritor John Howard iniciou um movimento transformador no sistema de detenção penal inglês, no ano de 1773. “Idealizava um sistema penitenciário baseado em recolhimento celular, reforma moral pela religião, trabalho diário, com as necessárias condições higiênicas e alimentares” (OLIVEIRA, 2003, p.51). Seguindo seus ideais foram construídas duas unidades prisionais na Inglaterra, entre 1775 e 1781.

Como continuação do pensamento de Howard, o filósofo e jurista inglês Jeremias Bentham acreditava que “os presos deveriam cumprir pena em condições dignas e favoráveis à sua recuperação, o que também traria diversos benefícios à sociedade” (AMARAL, 2014, p. 30). Dessa forma, em 1785 ele elaborou a primeira arquitetura prisional: o **modelo panótico**.



Modelo Panótico, criado por Bentham  
Fonte: Universidade Estadual de Londrina

Era um modelo mais econômico que os existentes na época pois demandava menos empregados: a torre de observação no meio do prédio anelar poderia ter apenas um vigilante e ainda sim seria possível observar todos os detentos em suas celas sem que estes soubessem quando eram observados.

Em 1790 instituiu-se um novo modelo de detenção, chamado **Sistema Filadélfia**. Ele se baseava em princípios católicos de cárceres monásticos, impondo o isolamento completo do apenado, sem que este pudesse trabalhar ou receber visitas, tendo apenas a Bíblia como estímulo para uma mudança moral.

Em leve oposição ao sistema filadélfico surgiu o **Sistema de Auburn**, em 1821. Este método de detenção, comum nos Estados Unidos, também pregava o silêncio absoluto porém com regime de comunidade e trabalho durante o dia e isolamento à noite, quando cada detendo se recolhia em sua cela individual. Os detentos não tinham direito a lazer, exercícios físicos, visitas ou acesso a educação.

Foi apenas em 1834 que se começou a falar no **sentido restaurador da pena**, com o sistema Montesinos. Nesse sistema os apenados tinham uma forma de trabalho remunerado e não havia qualquer tipo de castigos corporais, além de funcionar como um estabelecimento de segurança mínima. Outro método inovador foi o Sistema Progressivo Inglês, onde “a duração da pena não era determinada exclusivamente pela sentença condenatória, mas dependia da boa conduta do preso, de seu trabalho produzido e da gravidade do delito” (OLIVEIRA, 2003, p.60).

O sistema inglês foi bem aceito e na Irlanda foi adaptado e recebeu mais uma etapa durante o cumprimento da pena: o período de preparação para a vida livre. Assim, em 1853, foi criado por Walter Crofton o Sistema Progressivo Irlandês, onde o preso que estava quase recebendo sua liberdade era transferido para um presídio com sistema de vigilância mais brando, onde era possível trabalhar externamente no campo, não era necessário uso de uniforme e era possível socializar com outros detentos, tudo de forma a prepará-los para o retorno à sociedade após o cumprimento da pena. Esse sistema foi o adotado pelo Código Penal brasileiro atual.

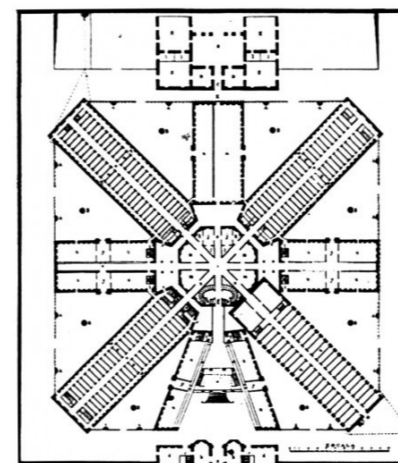
## 2.2 SISTEMA PENITENCIÁRIO NO BRASIL

No período do Brasil colônia utilizaram-se as Ordenações Filipinas para determinar crimes e penas, assim como em Portugal. “Entre as penas, previam-se as de morte, degrado para as galés e outros lugares, penas corporais (como açoite, mutilação, queimaduras), confisco de bens e multa e ainda penas como humilhação pública do réu” (SANTIS; ENGBRUCH, 2012, p. 147).

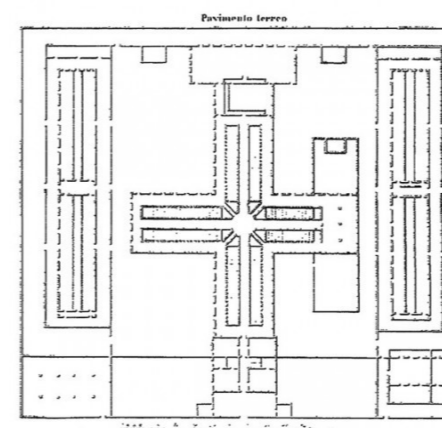
No ano de 1824 foi imposta pelo imperador Pedro I a primeira Constituição do Brasil. Nesta oportunidade foram proibidos diversos tipos de penas cruéis, porém não totalmente extinguidos já que os escravos ainda estavam suscetíveis a esses castigos. Também foi estabelecido que as prisões deveriam ser locais limpos e seguros, onde os presos deveriam ser separados pelo tipo e gravidade dos crimes.

Em 1830 foi elaborado o Código Criminal do Império seguindo alguns princípios reformistas da época. Nesse documento a pena de prisão foi adotada em duas formas: a prisão simples e a prisão com trabalho, que poderia ser perpétuo. Essa mudança penal demonstra o início de uma preocupação com a reabilitação dos apenados, entretanto as condições desses estabelecimentos eram precárias: ambientes imundos, assistência médica escassa, alimentação deficiente e superlotação.

O primeiro estabelecimento prisional construído no Brasil foi a Casa de Correção do Rio de Janeiro. Sua construção começou em 1834 seguindo o modelo panóptico, com celas individuais ou para duas pessoas no máximo. Foi investida grande quantidade de dinheiro porém havia pouca fiscalização das obras que usavam mão-de-obra de escravos e outros apenados. Sua inauguração foi no ano de 1850, porém as obras não haviam sido finalizadas, sendo que o primeiro pavilhão com 200 celas só foi concluído em 1853. Já em São Paulo, a Casa de Correção teve sua obra iniciada em 1838 e sua inauguração foi em 1852.



Casa de Correção do Rio de Janeiro, 1824.  
Fonte: Arquivo Nacional



Casa de Correção de São Paulo, 1885.  
Fonte: Arquivo Nacional

Em 1850 inicia-se o debate quanto aos sistemas penitenciários existentes em outros países e fica escolhido o sistema de Auburn para ser implantado nas duas Casas de Correção. Por algum tempo o sistema funcionou, porém a partir de 1870 começaram diversas críticas ao método auburniano.

Então, em 1890, o novo Código Penal surge com uma troca de sistema penitenciário e passa-se a utilizar o método irlandês. O novo Código trouxe muitas alterações, como a abolição de açoites e pena de morte, tempo máximo de 30 anos para as condenações e a progressão de pena. Já nessa época verificava-se a necessidade de instalações adequadas para o cumprimento de penas, fosse com alterações nas existentes ou construção de novas penitenciárias.

No estado de São Paulo foi apenas no ano de 1905 que uma lei foi aprovada para a construção de uma nova estrutura penal, a Penitenciária do Estado. Inaugurada em 1920, a penitenciária contava com 1.200 vagas, “oficinas de trabalho, tamanho de celas adequado, assim como boa ventilação e iluminação das mesmas” (SANTIS; ENGBRUCH, 2012, p.152).



Penitenciária de São Paulo.  
Fonte: Arquivo Nacional

Já em 1935, segundo Silva (2017), o Código Penitenciário da República “propôs que, além de servir para cumprir a pena estipulada de acordo com o crime cometido, o sistema presidiário deveria trabalhar uma regeneração para reingressar o indivíduo na sociedade”.



Detentos em aula de desenho na Penitenciária de São Paulo.  
Fonte: Arquivo Nacional

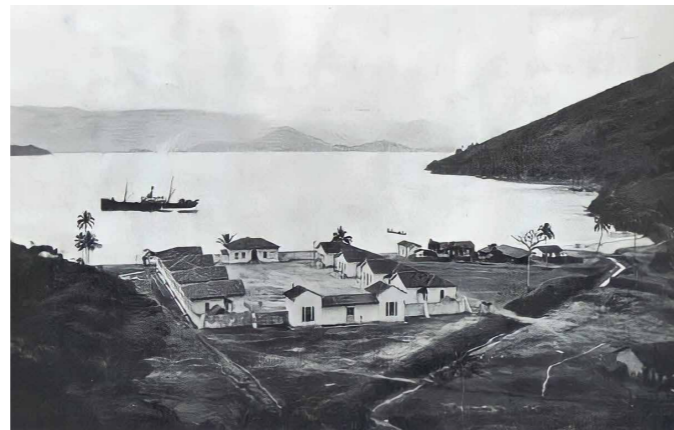
## 2.3. COLÔNIAS PENAIS NO BRASIL

Até o final do século XIX políticos brasileiros observavam de longe um novo modelo de penitenciária, originário da Europa, conhecido como penitenciária agrícola ou colônia penal. Esse tipo de estabelecimento ficava longe das grandes cidades, podendo ser instalada até mesmo em ilhas, com o intuito de afastar o condenado do convívio social e gerar algum desenvolvimento para a região. Nesses sistemas os apenados trabalhavam no estabelecimento, produzindo alimentos ou outro tipo de insumo para o próprio local. Ao longo do tempo este tipo de estabelecimento penal passou a buscar a ressocialização e a reabilitação do condenado para voltar à vida em sociedade. Foi com o Código Penal de 1890 que houve a primeira menção a colônias penais no país.

Art. 400. Si o termo for quebrado, o que importará reincidência, o infractor será recolhido, por um a tres annos, a colonias penaes que se fundarem em ilhas maritimas, ou nas fronteiras do territorio nacional, podendo para esse fim ser aproveitados os presidios militares existentes.

Quando a ideia foi importada para o Brasil o que se obteve nas primeiras tentativas foram verdadeiros depósitos de criminosos, utilizando esses locais para ocultar a delinquência das grandes cidades. Tivemos diversos exemplos de locais que foram adaptados para serem colônias penais, mas como não havia um incentivo financeiro era necessário adaptar edificações existentes e como não havia leis para regulamentar esse tipo de estabelecimento ficava difícil manter um controle sobre a sua administração.

Foi apenas em 1906 que foi autorizada a construção do que seria a primeira penitenciária agrícola do país. Localizada na Ilha dos Porcos, em Ubatuba (SP), este estabelecimento tinha como princípios a reabilitação social e a reeducação de presos. Porém, a colônia penal não durou muito, por seu custo de manutenção ser considerado muito elevado e por não conseguir cumprir com seu objetivo de reeducação e de reabilitação social. Em 1914, a instituição foi desativada.



Colônia Penal da Ilha dos Porcos  
Fonte: Silva, 2017

Na década de 1930 o Estado apropriou-se dessa modalidade prisional para instaurar novos locais de reclusão com o propósito de regeneração do apenado, agora com o título de Colônias Agrícolas. Esses estabelecimentos se destacavam pela sua real tentativa de possibilitar o retorno à sociedade livre. No Código Penal de 1940 este modelo penitenciário aparece como uma opção para reclusos com bom comportamento serem transferidos e, neste mesmo documento, verifica-se a preocupação com a ressocialização e educação para posterior integração do apenado à sociedade. De acordo com o texto original do Código Penal de 1940 temos que:

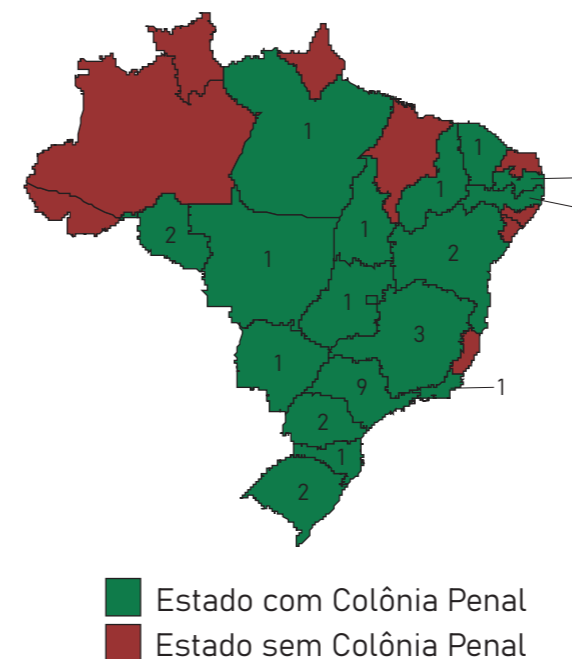
Art. 90. O internado deve ser submetido a regime de reeducação, de tratamento ou de trabalho, conforme suas condições pessoais.

O Código Penal teve um acréscimo em 1984 referente às regras do regime semi-aberto, onde ficou regulamentado que nesse regime os apenados ficam sujeitos a trabalho em comum em colônias agrícolas, industriais ou estabelecimentos similares, assim como o trabalho externo e frequência em cursos educacionais externos serem aceitos.

A Lei de Execução Penal, também de 1984, é breve em relação às colônias penais trazendo de informação apenas que estas instalações são destinadas ao regime semi-aberto, que os condenados podem ser alojados em dormitórios coletivos e que estes podem trabalhar dentro do estabelecimento, o que ajudaria a reduzir o tempo de condenação.

A colônia agrícola apresenta um possível desenvolvimento dos métodos de punições e controle social no Brasil, pois deveria ser um local de trabalho e aprendizado, onde proporciona outra visão de mundo e esperança para aqueles que por diversas vezes cometem crimes por não possuir outras oportunidades na vida. (...) Nessa colônia deverá existir uma relativa liberdade para os presos, sendo a vigilância moderada, com os muros mais baixos. Leva-se em conta a responsabilidade do condenado em face do cumprimento da pena. (MARON; ALMEIDA, 2015, p. 01)

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça atualmente existem 34 colônias penais agrícolas ou similares no Brasil, porém esse número não é bem distribuído pelo país já que nove estados brasileiros não possuem esse tipo de estabelecimento. São estes: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Maranhão, Rio Grande do Norte, Roraima e Sergipe.



Segundo Júnior e Valle (2018), em 2018 a única colônia penal que havia no estado do Amazonas foi desativada já que estava em situação péssima e superlotada — contava com aproximadamente 600 presos em um ambiente que deveria conter no máximo 138 pessoas. Essa desativação é um exemplo da realidade desse tipo de estabelecimento no Brasil. Com um levantamento feito no site Geopresídios, do Conselho Nacional de Justiça, chegou-se aos dados da tabela a seguir.

Tabela 1 - Situação das Colônias Penais no Brasil  
Dados em frequência simples

Péssima	10
Ruim	3
Regular	13
Boa	8

Fonte: Elaborada pela autora com dados do Conselho Nacional de Justiça (2020)

A porcentagem de colônias penais no país que estão em condições péssimas é de 29,4% contra 23,5% que estão em situações boas. A região Centro-Oeste é a que apresenta o pior índice: somadas, as situações péssimas e ruins representam 60% das unidades prisionais deste tipo. O Nordeste apresenta a maior carência de colônias penais por região do país, onde apenas 55% dos estados possuem esse tipo de estabelecimento. A região que apresenta o menor número absoluto é a Norte, com apenas 4 estabelecimentos distribuídos em 7 estados. Já a região Sudeste é a região brasileira com a maior concentração deste tipo de instituição penal com 13 unidades, sendo que apenas no estado de São Paulo encontram-se 9 estabelecimentos dessa natureza. O Sudeste também apresenta as melhores condições: somadas, 77% das colônias penais estão em situações regulares ou boas.

A única colônia penal agrícola de Santa Catarina, localizada no município de Palhoça, é considerada regular. Inaugurada em 20 de junho de 1998, atualmente possui 642 vagas de regime semiaberto masculino.



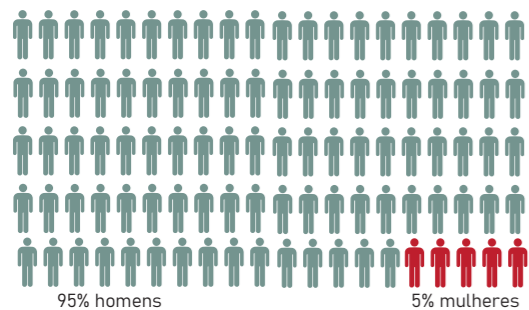
Lago na Colônia Penal Agrícola de Palhoça  
Fonte: Própria (2020)

## 2.4. POPULAÇÃO ENVOLVIDA

O perfil das pessoas presas é o mesmo desde o século 19: são homens, jovens, negros, com pouca escolaridade e pobres (Muniz, 2017).

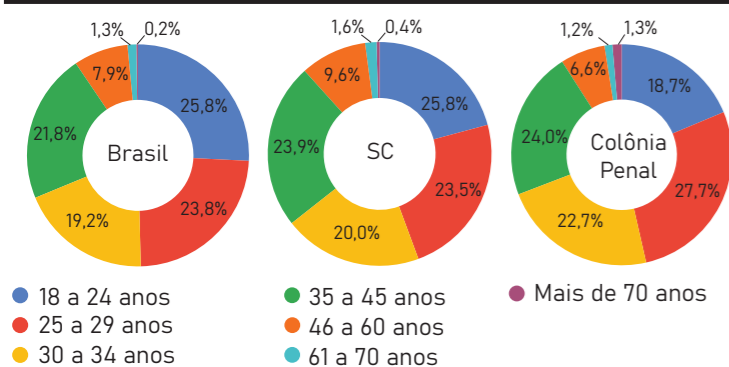
Atualmente o Brasil possui uma das maiores populações carcerárias do mundo, com um número assustador: mais de 748 mil detentos, composto por 95% de homens e 5% de mulheres (Brasil, 2019). Santa Catarina possui 3,1% da população carcerária do país, com 23.470 detentos registrados em dezembro de 2019, sendo 94,4% homens e 5,6% mulheres, porcentagens muito parecidas com as do país. Na única colônia penal de Santa Catarina o número de internos em dezembro de 2019 era de 642 reeducandos, sendo um local que atende apenas o público masculino.

### COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA



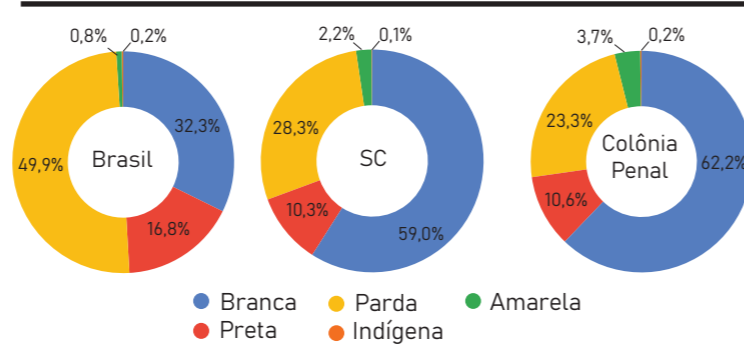
Segundo o mesmo documento é possível afirmar que a maior parte dos apenados brasileiros são jovens: 49,59% da população carcerária tem até 29 anos de idade. Já em Santa Catarina 44,4% dos apenados têm até 29 anos, porém em números absolutos a faixa etária com o maior número de pessoas é dos 35 a 45 anos, que representa 24% dos reclusos. Na Colônia Penal Agrícola de Palhoça 46,4% dos apenados têm até 29 anos, valor próximo ao estadual e nacional.

### FAIXA ETÁRIA



Em relação a etnia ou cor de pele o INFOPEN indica que 49,9% dos encarcerados no Brasil são de cor/etnia parda, seguido de 32,3% de cor/etnia branca e 16,8% de cor/etnia preta. Somados, pessoas presas de cor/etnia pretas e pardas totalizam 66,7% da população carcerária nacional. Em Santa Catarina pode-se observar uma grande diferença em relação ao restante do país, já que reclusos de cor/etnia branca representam 59% do total e somados os apenados de cor/etnia preta e parda totalizam 38,64% dos encarcerados do estado. Na única colônia penal de Santa Catarina observa-se uma concentração ainda maior de população de cor/etnia branca, com 62,2%, já a soma de pessoas de cor/etnia preta e parda é a menor das três esferas em estudo, com apenas 33,9%.

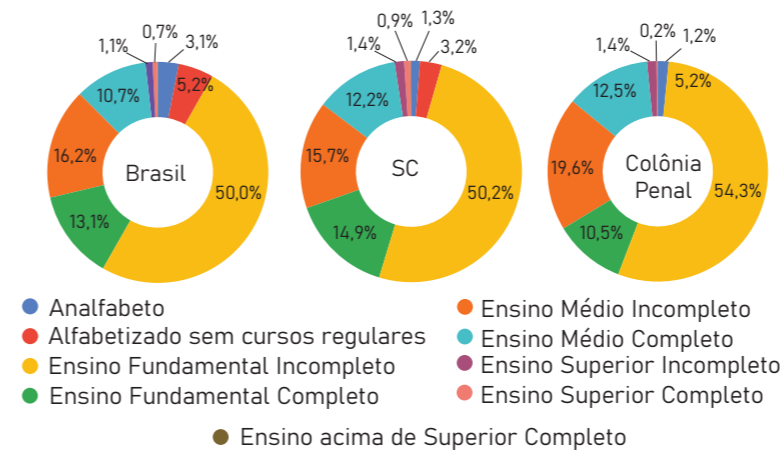
### ETNIA OU COR DE PELE



No que se refere ao grau de escolaridade das pessoas encarceradas no país, é possível verificar que 50% destas possuem o Ensino Fundamental Incompleto, seguido de 16,2% com Ensino Médio Incompleto e 13,1% com Ensino Fundamental Completo. O percentual de presos que são Analfabetos é de 3,1% e os que possuem Ensino Superior Completo é de apenas 0,7%.

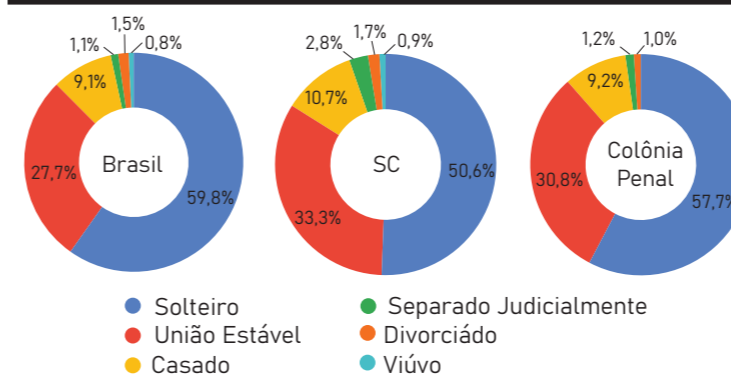
Em Santa Catarina observa-se uma porcentagem parecida com o restante do país: 15,7% com Ensino Médio Incompleto e 15,0% com Ensino Fundamental Completo. O a porcentagem de Analfabetos é menor que a do país, com apenas 1,3% dos apenados. Na Colônia Penal Agrícola de Palhoça a porcentagem de internos com Ensino Fundamental Incompleto é ainda maior que o resto do país, totalizando 54,3% dos apenados. Em seguida temos 19,6% dos encarcerados com Ensino Médio Incompleto e 12,5% com Ensino Médio Completo.

### GRAU DE ESCOLARIDADE



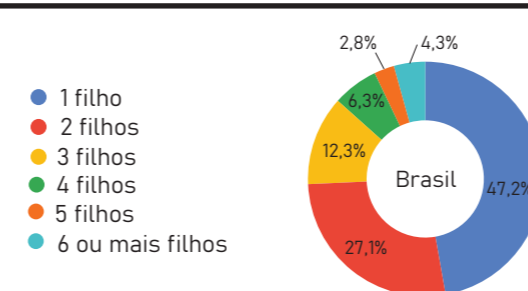
Em relação ao estado civil dos apenados do país é possível observar 59,8% são solteiros e, somados, reclusos em união estável ou casados representam 36,8% da população prisional brasileira. Já em Santa Catarina verifica-se que 50,6% dos apenados são solteiros, uma diminuição em relação ao restante do país, e em união estável ou casados a porcentagem sobe para 44% do total. Na Colônia Penal Agrícola de Palhoça a proporção de solteiros também é alta, sendo 57,7% dos detidos, já aqueles em união estável ou casados representam 40,0% da população presidiária da instituição.

### ESTADO CIVIL



Ainda segundo o INFOPEN temos a informação relativa a porcentagem de filhos que homens privados de liberdade tem, no âmbito nacional, sendo que 47,2% possuem um filho, seguido de 27% com dois filhos e 12,3% com três filhos.

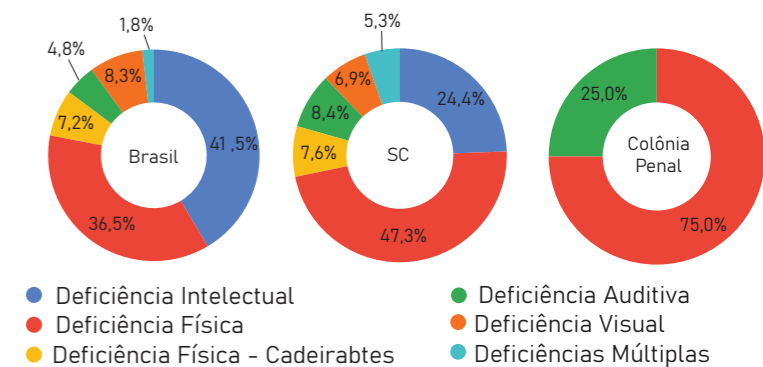
### FILHOS



Em relação aos encarcerados que possuem alguma deficiência, pode-se verificar com os dados do INFOPEN que 0,85% da população carcerária brasileira possui algum tipo de deficiência, sendo a deficiência intelectual mais comum acometendo 41,5% destes presos com deficiência, seguido pela deficiência física com 36,5%.

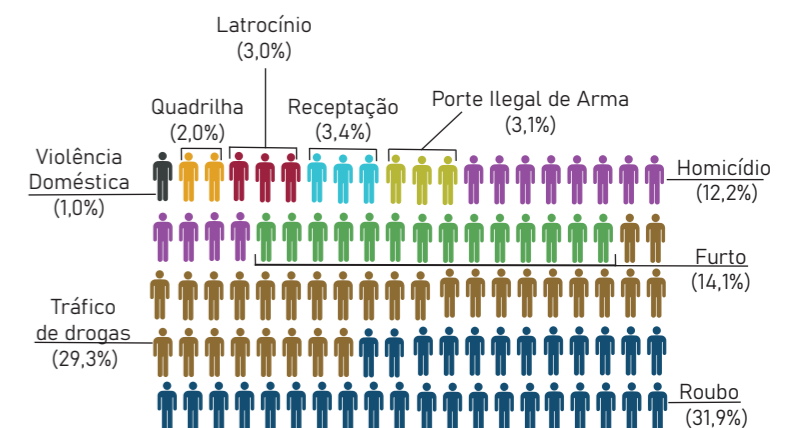
Em Santa Catarina a proporção de presos é um pouco maior que a nacional, com 1,1% dos presos apresentando alguma deficiência, sendo a mais comum a deficiência física, acometendo 47,3% dos encarcerados deficientes e seguido pela deficiência intelectual, com 24,4%. Na Colônia Penal Agrícola de Palhoça apenas 4 detentos possuem alguma deficiência, o que representa 0,6% do total: 3 internos possuem deficiência física e 1 deficiência auditiva.

### PORTADORES DE DEFICIÊNCIA



No âmbito nacional, as ações penais pelas quais os homens estão cumprindo pena são por roubo (31,9%), seguido por tráfico de drogas (29,3%), furto (14,1%) e homicídio (12,2). Vale lembrar que em muitos casos, a mesma pessoa foi condenada por mais de um crime.

### TIPO DE CRIME





## 2.5. ASSISTÊNCIA EM ATIVIDADES EDUCACIONAIS E LABORAIS

“A educação destinada a presos é tão importante quanto o trabalho prisional. Constitui-se em importante recurso para a ressocialização de pessoas em privação de liberdade da mesma forma que o trabalho” (AMARAL, 2014, p.49).

Como pode ser observado nos gráficos anteriores, constata-se que grande parte da população carcerária possui baixa escolaridade formal. A educação nas prisões desempenha diversos papéis, como o de manter o recluso ocupado de forma benéfica, melhorar a qualidade de vida dentro do estabelecimento penal e criar mais oportunidades para o futuro do recluso após sua liberdade. A LEP (Lei de Execução Penal) prevê a educação como uma assistência obrigatória e que deveria ser prioridade das administrações dos estabelecimentos penais, assegurando que 100% dos apenados tenham acesso à educação.

Ainda segundo esta lei, temos:

### Seção V - Da Assistência Educacional

Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

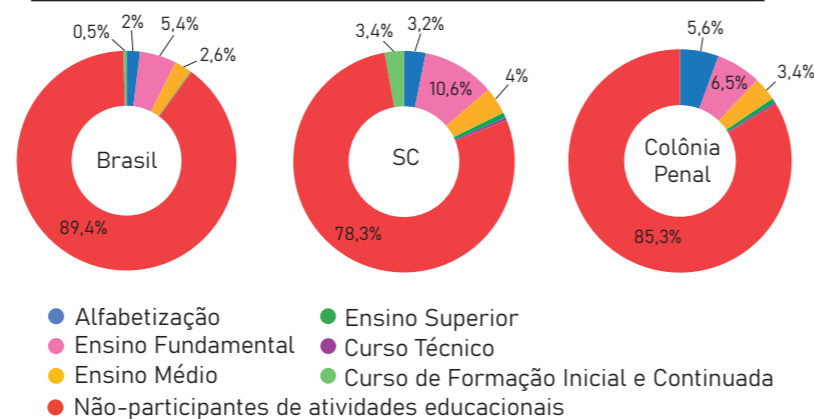
Art. 18. O ensino de primeiro grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da unidade federativa.

De acordo com o gráfico a seguir, podemos verificar que apenas 10,6% dos presos brasileiros estão matriculados em alguma atividade educacional, um valor extremamente baixo. Conforme a LEP, o ensino fundamental é obrigatório, porém somente 27,4% dos apenados que precisam ser formalmente alfabetizados estão matriculados e apenas 12,3% dos detentos que deveriam estar cursando o primeiro grau estão no curso.

Em Santa Catarina apenas 21,7% dos apenados estão matriculados em algum nível educacional. Cerca de 72,8% dos presos que necessitam ser alfabetizados formalmente estão matriculados e apenas 21,6% daqueles que precisam concluir o ensino fundamental estão estudando.

Na Colônia Penal Agrícola de Palhoça 434 reeducandos precisariam estar cursando alguma nível educacional, ou seja, 67% do total, porém apenas que 16,5% dos reclusos estão cursando algum nível educacional. Apenas 15,3% dos que deveriam estar cursando o ensino fundamental estão matriculados.

### PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES EDUCACIONAIS



Detentos sendo alfabetizados na Unidade de Progressão da Penitenciária Central do Estado (PCE) no Paraná  
Fonte: Gazeta de Toledo

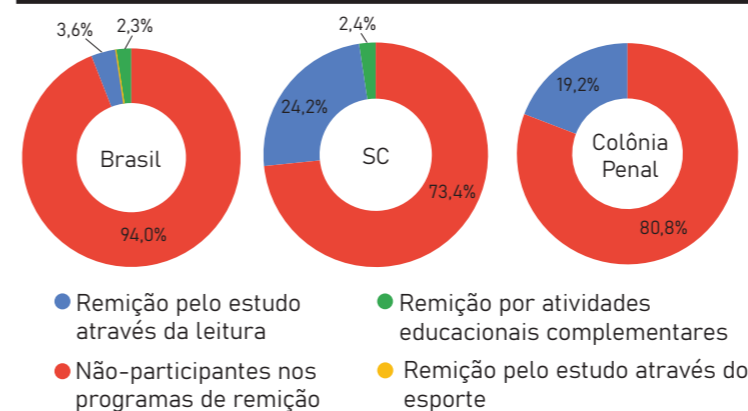
Devido à importância do estudo durante o cumprimento da pena, a educação passou a ser utilizada como remissão de pena em 2011. De acordo com a Lei de Execução Penal (LEP) temos:

Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

Nesse artigo da LEP é abordada a contagem de tempo necessário para remissão de um dia de pena. Em relação a educação, a remissão de um dia de pena é feita após 12 horas de frequência escolar, em nível fundamental, médio, superior ou profissionalizante (mesmo de forma on-line). Já a remição por trabalho é na relação de um dia de pena a cada três dias de trabalho.

Podemos verificar no gráfico a baixo que apenas 3,6% dos apenados brasileiros estão em programa de remição pelo estudo através da leitura, 2,3% através de atividades educacionais complementares e apenas 0,05% através do esporte. Em Santa Catarina 24,2% dos reclusos participam do programa de remição pelo estudo através da leitura, valor bem superior ao nacional, e 2,4% participam da remição através de atividades educacionais complementares, entretanto no estado não há remição por esporte. Na Colônia Penal Agrícola de Palhoça a remição por leitura abrange 19,2% dos apenados e não há remição por esporte e nem por atividades educacionais complementares.

### PARTICIPAÇÃO EM REMIÇÃO PELO ESTUDO



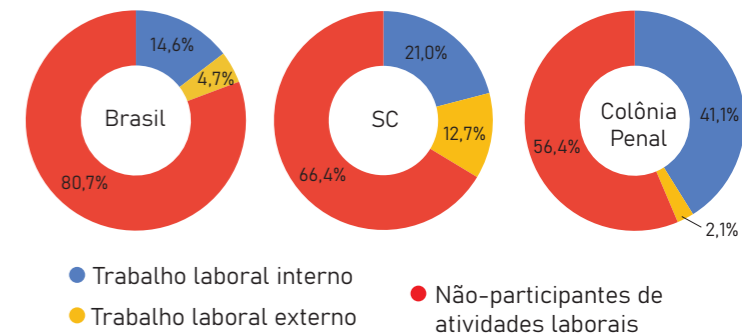
Detentos participando de aulas de capoeira como forma de remição da pena através do esporte no Presídio Juiz Antonio Luiz Lins de Barros, em Recife.  
Fonte: Revista Algo Mais



Detentos participando da formatura de Ensino Médio no Centro de Recuperação do Coqueiro, no Pará.  
Fonte: Secretaria de Estado de Administração Penitenciária

Em relação a participação em atividades laborais, podemos verificar no gráfico a seguir que, em nível nacional, apenas 19,3% dos apenados trabalham interna ou externamente. Em Santa Catarina temos uma proporção maior, com 33,7% dos presos trabalhando. Na Colônia Penal Agrícola de Palhoça a porcentagem é ainda maior, com 43,6% dos presos trabalhando.

### PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES LABORAIS

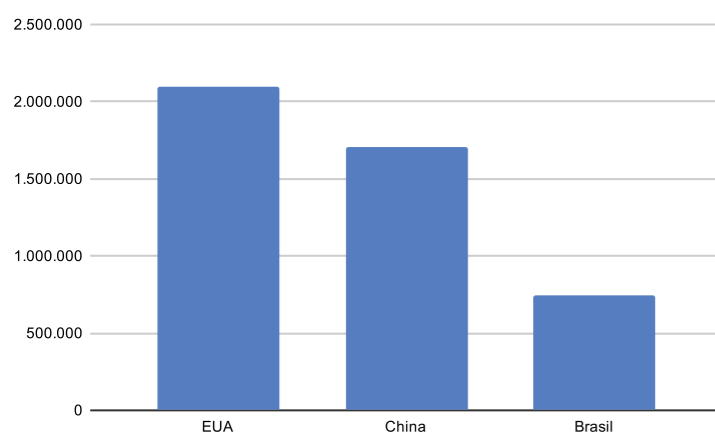


Detento trabalhando na horta da Colônia Penal Industrial de Maringá, no Paraná.  
Fonte: Geraldo Bubniak

## 2.6. PROBLEMÁTICAS

O Brasil é o sexto país mais populoso do mundo, com aproximadamente 211 milhões de habitantes, e é o terceiro país com a maior população carcerária do mundo, ultrapassado as 748 mil pessoas privadas de liberdade, atrás apenas dos Estados Unidos e da China.

POPULAÇÃO CARCÉRARIA



Fonte: Elaborada pela autora com dados do Conselho Nacional de Justiça (2020)

O sistema penitenciário brasileiro possui diversas falhas estruturais e uma delas é a falta de vagas para a população prisional. No âmbito nacional, conforme os dados da tabela a seguir, é possível afirmar que o número de vagas atualmente comportaria apenas 60% dos presos, o que acarreta em superlotação. Em Santa Catarina temos um cenário um pouco melhor, sendo que as vagas existentes suprem 80% da população prisional. Na colônia penal agrícola de Palhoça o número de vagas atende a demanda.

Tabela 2 - Quantidade de Presos custodiados no Sistema Penitenciário

	Brasil	SC
Presos	748.009	23.470
Vagas	442.349	19.003
Déficit	305.660	4.467

Fonte: Elaborada pela autora com dados do Conselho Nacional de Justiça (2020)

DÉFICIT DE VAGAS

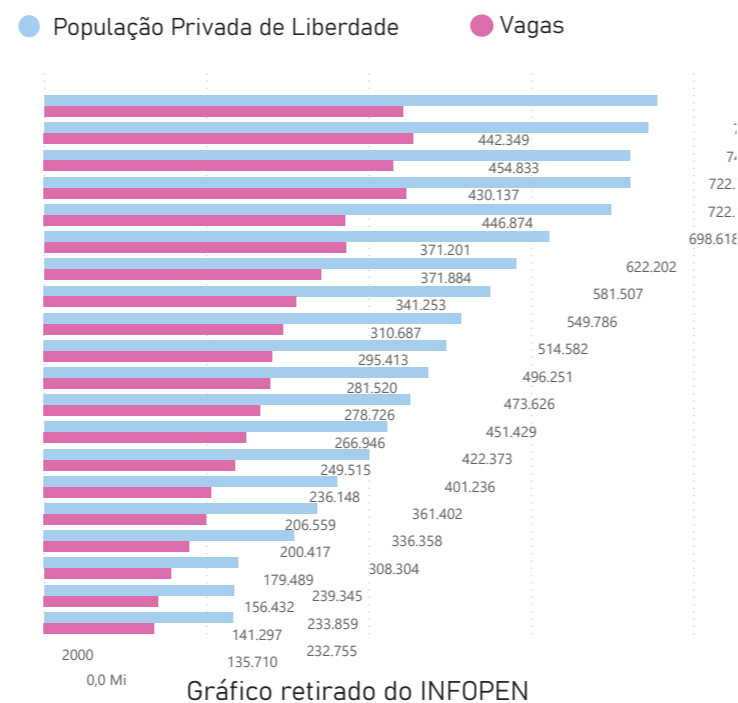


Gráfico retirado do INFOPEN

O gráfico acima ilustra como nos últimos 20 anos o número de vagas ficou muito longe de atender a população privada de liberdade em sua totalidade. Outra grande problemática no sistema penal brasileiro é a falta de incentivo à ressocialização e à falta de espaços propícios à isso.

“As estruturas para o ensino nas prisões são geralmente improvisadas e fruto de tentativas domésticas de dar cumprimento à Constituição Federal e à LEP.” (AMARAL, 2014, pg. 55).

Em relação aos locais dedicados às atividades educacionais nas penitenciárias, temos que apenas 66% dos estabelecimentos penais possuem salas de aula, com uma média de 3 salas de aula por estabelecimentos penal que dispõe desse espaço educacional. A LEP determina que todo presídio tenha uma biblioteca que sirva a todos os presos, porém apenas 55,4% dos estabelecimentos possuem bibliotecas disponíveis. Somente 24,7% dos estabelecimentos possuem sala de reuniões, ou de encontros com a sociedade, e apenas 18,6% dos presídios brasileiros possuem salas de informática.



Detentos em aula, separados por grade, em SC. Fonte: Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SC)

De um modo geral, poucos estabelecimentos brasileiros estão preparados para fornecer atividades educacionais aos apenados.

Em Santa Catarina temos um cenário melhor que no restante do país: 96,1% dos estabelecimentos penais possuem salas de aula, mantendo a média de 3 salas de aula por estabelecimento, e 88,5% dos estabelecimentos possuem bibliotecas. Apenas 36,5% das instituições possuem espaços para reuniões e encontros com a sociedade e 25,0% possuem salas de informática. Já na Colônia Penal temos um total de 4 salas de aula, 1 biblioteca com acervo proveniente de doações e uma sala para reuniões e outros encontros; não há sala de informática.

Tabela 2 - Módulos de Educação

Módulo de educação	Brasil			Santa Catarina			Colônia P. A. Palhoça	
	Quant. de unidades	Quant. de salas	Capacid. por turno	Quant. de unidades	Quant. de salas	Capacid. por turno	Quant. de salas	Capacid. por turno
Estabelecimentos com sala de aula	947	3140	49132	50	159	1948	4	80
Estabelecimentos com sala de informática	267	255	2492	13	16	58	-	-
Estabelecimentos com sala de encontros com a sociedade/ sala de reuniões	355	341	14011	19	17	1067	1	40
Estabelecimentos com biblioteca	796	824	10384	46	45	524	1	10
Estabelecimentos com sala de professores	488	490	4182	31	26	217	1	15
Estabelecimentos com outros espaços de educação	23	28	502	1	1	10	-	-
Estabelecimentos sem módulo de educação	384	-	-	2	-	-	-	-

Fonte: Elaborada pela autora com dados do Conselho Nacional de Justiça (2020).

## 2.7. O AMBIENTE COMO PROMOTOR DE ESTRESSE E BEM-ESTAR

O ambiente de um presídio pode, por si só, ser causador de estresse e mal-estar àqueles que vivem ou trabalham ali. A falta de privacidade, o confinamento e o controle ambiental podem ser alguns exemplos de fatores que contribuem para esse incômodo gerado. O ramo que estuda a influência e as inter-relações do ambiente com o usuário do espaço é a Psicologia Ambiental, que teve suas pesquisas iniciadas em 1970 nos Estados Unidos em um momento em que a Psicologia tradicional não tinha as respostas necessárias para questionamentos envolvendo “mudanças de atitudes, percepções e comportamento frente ao ambiente” (Aubert, 2007).

“A Psicologia Ambiental tem um caráter multidisciplinar. Ela recebe contribuições de outras disciplinas, tais como: psicologia, geografia humana, sociologia urbana, antropologia, planejamento e arquitetura” (Melo, 1991).

Todas essas áreas de estudo colaboram para um entendimento global da relação pessoa e ambiente (natural ou construído), como, por exemplo, a investigação da interferência da ventilação e presença de luz natural na produtividade de trabalhadores em seus ambientes de trabalho. Dentro desta disciplina, destaca-se o estudo de “ambientes restauradores”.

O conceito de um ambiente restaurador pode ser descrito como aquele em que, com suas características arquitetônicas, promovam bem-estar, mitiguem o estresse e passem sensação de pertencimento (Silveira e Felipe, 2019). Estudos sugerem que um ambiente que seja estressante e privado de natureza, por exemplo, pode gerar em seus usuários mais impulsividade e agressividade, já ambientes visualmente agradáveis podem auxiliar na redução da tensão e aumentar a sensação de tranquilidade (Gressler e Günther, 2013). Alguns aspectos ajudam a compreender melhor essas relações, como as descritas nos tópicos a seguir.

### Apinhamento

A sensação de apinhamento alude a um estado subjetivo onde o indivíduo necessita mais espaço do que o disponível, gerando desconforto. Esse termo difere de aglomeração, onde há uma alta densidade populacional que não necessariamente é desconfortante. Segundo Hombrados (2010), a proximidade entre pessoas estranhas é mais tolerável em ambientes abertos, ao ar livre, do que em ambientes fechados. Em unidades prisionais, onde os detentos ficam muito próximos entre si, essa proximidade não desejada pode afetar o espaço pessoal destes, gerando desconforto, postura defensiva e frustração.

“O aumento do número de reclusos sem um aumento correspondente de recursos incrementa a taxa de suicídio, morte, infrações disciplinares e problemas de saúde. Enquanto que a diminuição da população vai acompanhando a diminuição de todos os problemas.” (HOMBRADOS, 2010)

### Personalização

Segundo Felipe (2009), a personalização de um ambiente construído, alterando algumas características deste para expressar a identidade e preferências de um indivíduo ou grupo, gera sensação de bem-estar, satisfação e pertencimento, o que pode também auxiliar no processo de integração a um novo local. Quando não há opção de personalização do espaço pode-se perceber um aumento no nível de estresse e até mesmo o desenvolvimento de sentimentos como insegurança e isolamento, dependendo de como o indivíduo lidará com essa limitação.

“O ambiente, assim construído, revela memórias, desejos, expectativas, rituais, ritmos pessoais e hábitos cotidianos. É, sobretudo, uma projeção do próprio homem, um reflexo de seu existir no mundo” (Felipe, 2009).

### Confinamento

Segundo Silva, Santos e Soares (2020), o confinamento pode intensificar os níveis de estresse, ansiedade e medo nos indivíduos. Isso se deve ao fato de que a restrição da liberdade de um indivíduo, limitada a um espaço familiar ou estranho, gera desconforto e afeta diretamente a saúde mental destes.

Em penitenciárias o confinamento é muito mais agressivo para a saúde mental dos reclusos já que o confinamento é forçado, juntamente a outras pessoas que são desconhecidas e sem nenhum laço afetivo, em um espaço que na grande maioria das vezes não é confortável, nem salubre e nem agradável. Além disso, a rotina dos internos muitas vezes é extremamente tediosa, sem atividades para ocupar a mente. Dessa forma, com todos esses fatores, a saúde mental dos internos é diretamente afetada.

### Controle ambiental

A sensação de controle do ambiente que nos cerca é uma necessidade inerente dos seres humanos, o que garante o bem-estar ao indivíduo. Segundo Ulrich (1990), locais barulhentos, sem privacidade e que não permitem o usuário de controlar o ambiente, como um detento em uma penitenciária, abreviam a sensação de autonomia do usuário e podem levá-lo a um quadro de depressão, passividade e problemas no sistema imunológico, conforme for sua exposição à essa realidade.

Segundo Vasconcelos (2004), o controle ambiental reduz o estresse e algumas maneiras de proporcionar esse poder de escolha ao usuário de um espaço regulado é incluir jardins ou pátios acessíveis que lhe permitam o uso; dar a possibilidade de escolha no contato com outros integrantes do espaço e criar um local onde os integrantes possam dedicar-se a coisas de seu interesse, como um hobby.

### Privacidade

Segundo Valdera e Vidal, a privacidade tem um papel muito importante no bem-estar, na saúde física e psicológica dos indivíduos, atuando na autonomia individual, recuperação emocional e no desenvolvimento da identidade pessoal. A privacidade pode-se dar através de aspectos objetivos, como barreiras físicas, e subjetivas, como culturais e econômicos.

Quando a privacidade é respeitada e se dispõe do controle para autorizar ou negar o contato interpessoal, se oferece segurança para os indivíduos, permitindo-os usufruírem da interação apresentada. Quando esse controle é negado, ou seja, quando não há autorização para o contato, qualquer aproximação pode ser considerada invasiva (Cavalcante, Pinheiro; 2018). Por consequência, a diminuição da privacidade leva a alguma insatisfação.

### Psicologia Ambiental em presídios

É interessante averiguar quais fatores físico-ambientais no sistema penitenciário podem ser fontes de geração de estresse e mal-estar e de que maneiras se poderiam reverter esse quadro. Segundo Silveira (2017), “as grades, a restrição de acesso, a estética arcaica e de tonalidade escura foram influências significativas relacionadas ao desenvolvimento do estresse” em um hospital de custódia, porém pode-se aplicar as mesmas observações ao sistema penitenciário, que possui características arquitetônicas semelhantes. A autora traz que uma estruturação de novos ambientes que “promovam atividades com a natureza, interação entre os usuários do lugar, bem como a inclusão da família e comunidade” podem ter grande potencial de gerar bem-estar àqueles que vivem e trabalham no local. A presença de jardins, hortas e espaços verdes ao ar livre seriam ideias para promover conforto, prazer e tranquilidade.

Futuros espaços multiuso podem ter projeto arquitetônico que promova mais conexão com a natureza, através de janelas translúcidas que permitam a entrada de luz natural e a visualização da natureza, uso de revestimentos em madeira que tragam sensação de aconchego e melhores a qualidade acústica do local, uso de cores agradáveis e pinturas nas paredes alegres e que sejam próximas da realidade urbana, como o grafite.



Área verde na penitenciária de Halden, na Noruega  
Fonte: ABC Austrália

# 3. COLÔNIA PENAL AGRÍCOLA DE PALHOÇA

## 3.1. HISTÓRICO

A Colônia Penal Agrícola de Palhoça (CPAP) está localizada no município de Palhoça, no bairro Bela Vista, a 20 quilômetros da capital de Santa Catarina. Segundo Medeiros (2004), a instituição inicialmente era uma extensão da Penitenciária Estadual de Florianópolis e se localizava no bairro de Canasvieiras. Foi fundada em 1974 e atendia 28 reeducandos selecionados por bom comportamento e aptidão para o trabalho agrícola. Na época o funcionamento do local era bem diferente do atual, já que as famílias dos apenados podiam permanecer na instituição, onde cada núcleo familiar morava nas pequenas casas existentes, trabalhando com o plantio e o cuidado dos animais.



Colônia Penal de Florianópolis (Canasvieiras), em 1974.  
Fonte: Medeiros (2004)

Devido ao grande potencial turístico do bairro litorâneo, a Colônia Penal foi então transferida no final da década de 1980 para o município de Palhoça, sendo inaugurada no novo local em 20 de junho de 1998, com apenas 15 vagas. Quando houve a mudança de local, as famílias não puderam mais acompanhar os detentos. Em 2004 havia 88 vagas disponíveis, porém 126 apenados cumpriam pena no local. Em 2018 havia por volta de 350 internos.

Por muitos anos, a Colônia Penal Agrícola de Palhoça contou com espaço para criação de animais, como vacas, porcos, galinhas e gansos, e de diversas plantações, sendo que tudo o que era produzido tinha como objetivo o consumo local e da Penitenciária de Florianópolis.



Detento trabalhando no campo da Colônia Penal Agrícola da Palhoça, em 2008.  
Fonte: Jornal DC

Atualmente não é mais praticado nem a criação dos animais e nem as plantações. A instituição passou a fornecer o espaço ocioso para empresas instalarem pontos de produção de diversos produtos, empregando a mão de obra dos apenados. Devido ao aumento do número de internos e da consolidação urbana nas proximidades, ficou difícil manter o sistema semi-aberto da forma que foi planejada inicialmente devido à segurança e grande risco de fuga.

Em 2016, o vereador Fabinho Coelho solicitou à Secretaria da Justiça e Cidadania a remoção da Colônia Penal do município de Palhoça, devido à sua localização em um bairro que está em grande expansão e por ter perdido "sua função agrícola", porém a solicitação de remoção não foi aceita.

Hoje, a Colônia Penal Agrícola de Palhoça é a única penitenciária deste modelo no estado de Santa Catarina e possui 642 vagas de regime semiaberto masculino.



## 3.2. INSERÇÃO URBANA E CONDICIONANTES AMBIENTAIS

O município de Palhoça possui cerca de 175 mil habitantes, onde aproximadamente 30% destes são economicamente ativos, com remuneração média dos trabalhadores formais de R\$2.640,00. Segundo a FECAM (2016), 3,47% dos domicílios estão em situação de pobreza, e em 2018 havia 1.800 famílias recebendo o auxílio da Bolsa Família. Segundo o IBGE (2010), 83,2% dos domicílios na cidade possuem esgotamento sanitário adequado, 99,8% possuem rede elétrica e 90,9% possuem abastecimento de água.

Os bairros que ficam no entorno da Colônia Penal são de classe média-baixa majoritariamente, sendo encontrados desde assentamentos irregulares, com barracos improvisados de material sucateado, até mesmo condomínios de casas populares. Existe uma escola de Ensino Fundamental e Ensino Médio muito próxima a unidade (Escola Estadual Prof. Ângelo Cascaes Tancredo) e também há uma Unidade de Pronto Atendimento na região.

A penitenciária possui aproximadamente 340 mil metros quadrados e está localizada em uma região do município de Palhoça com diversos loteamentos residenciais populares, entre os bairros São Sebastião, Pagani e Bela Vista. A unidade se encontra na Avenida Paulo Roberto Vidal, uma via importante da região, e também está próxima da BR-101 e BR-282, o que facilita o acesso e locomoção pela região de Florianópolis.

Atualmente a delimitação entre área pública e privada da Colônia Penal se dá por cercas metálicas com vegetação, de altura aproximada de 1,5 metros. Sendo assim, e levando em conta as grandes dimensões da unidade, fica difícil manter a segurança do local com um número tão restrito de funcionários. Atualmente há um grande problema de tráfico de drogas e celulares por parte da própria comunidade para dentro da Colônia Penal. Outro problema recorrente são as fugas dos detentos, pelo mesmo motivo.

### CONTEXTO URBANO DA COLÔNIA PENAL

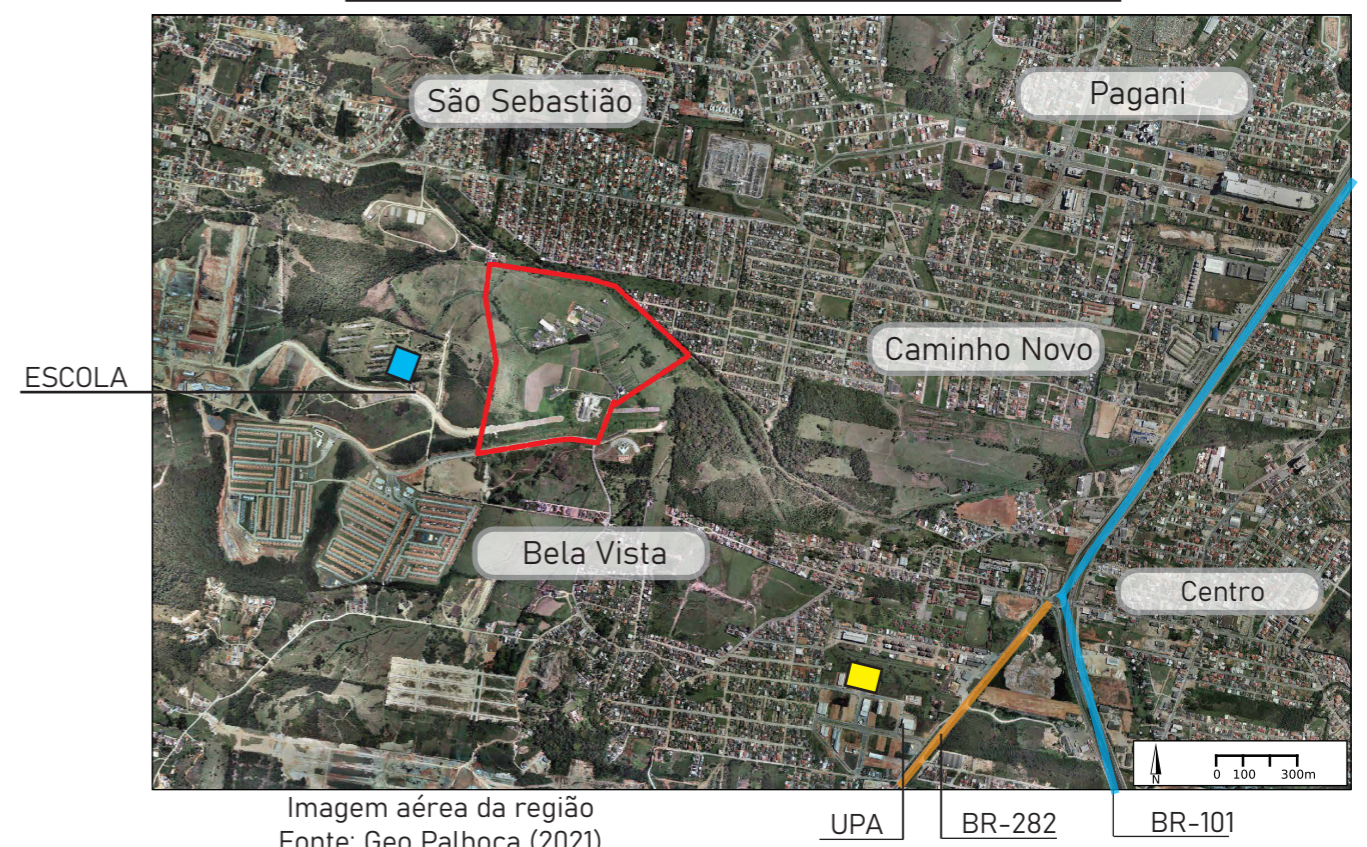
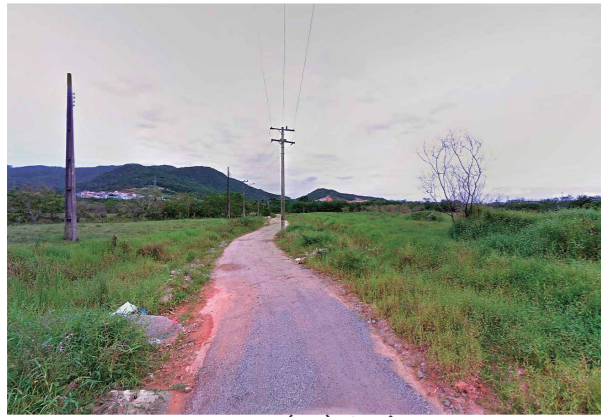
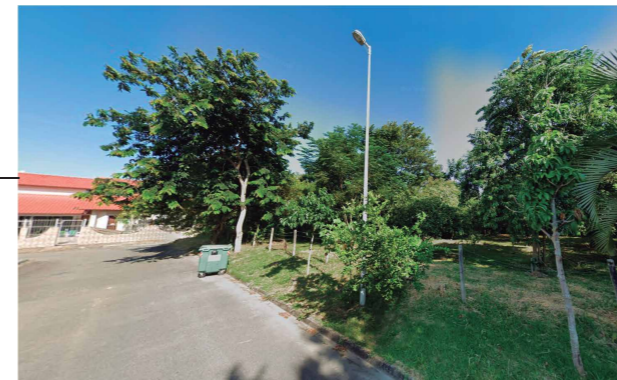


Imagem aérea da região  
Fonte: Geo Palhoça (2021)

## ENTORNO DA COLÔNIA PENAL



Rua lateral próx. à Colônia Penal  
Fonte: Google Maps (2021)



Limite do terreno da unidade penal  
Fonte: Google Maps (2021)

A cidade de Palhoça possui um clima quente e temperado, sendo classificado como Clima Subtropical Úmido (Köppen e Geiger), com temperatura média de 20°C e a pluviosidade média anual é de 1810 mm, sendo significativa ao longo do ano.

Nos mapas de uso do solo podemos verificar o crescimento da infraestrutura urbana ao longo dos anos na região onde a Colônia Penal está instalada. Em 1985, próximo da época em que a instituição foi instalada, a região contava com áreas extensas de pastagens e agricultura. Em 2005, 20 anos depois, pode-se perceber que houve um aumento muito grande da infraestrutura urbana, uma redução das pastagens e uma forte diminuição das áreas agricultáveis. Em 2019 a região estava praticamente tomada pela infraestrutura urbana, sobrando pouquíssimas áreas verdes, inclusive.



Casas no condomínio Terra Nova  
Fonte: Google Maps (2021)



Limite do terreno da unidade penal com a Avenida Paulo Roberto Vidal  
Fonte: Google Maps (2021)



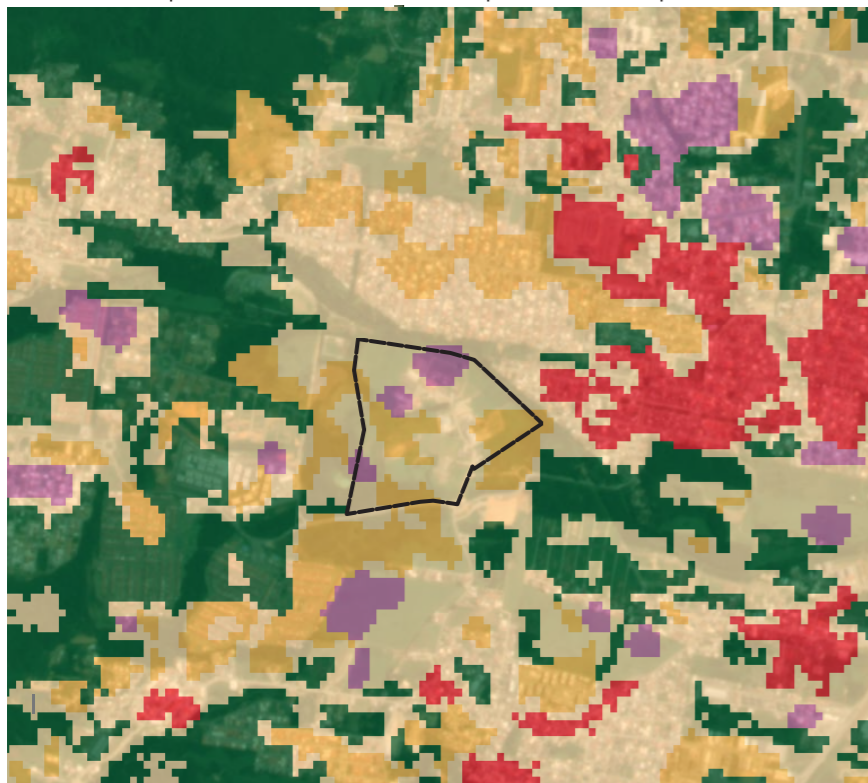
Assentamentos informais no bairro Caminho Novo  
Fonte: Google Maps (2021)

### LEGENDA

- Formação Florestal
- Mosaico de Agricultura ou Pastagem
- Infraestrutura Urbana
- Pastagem
- Agricultura

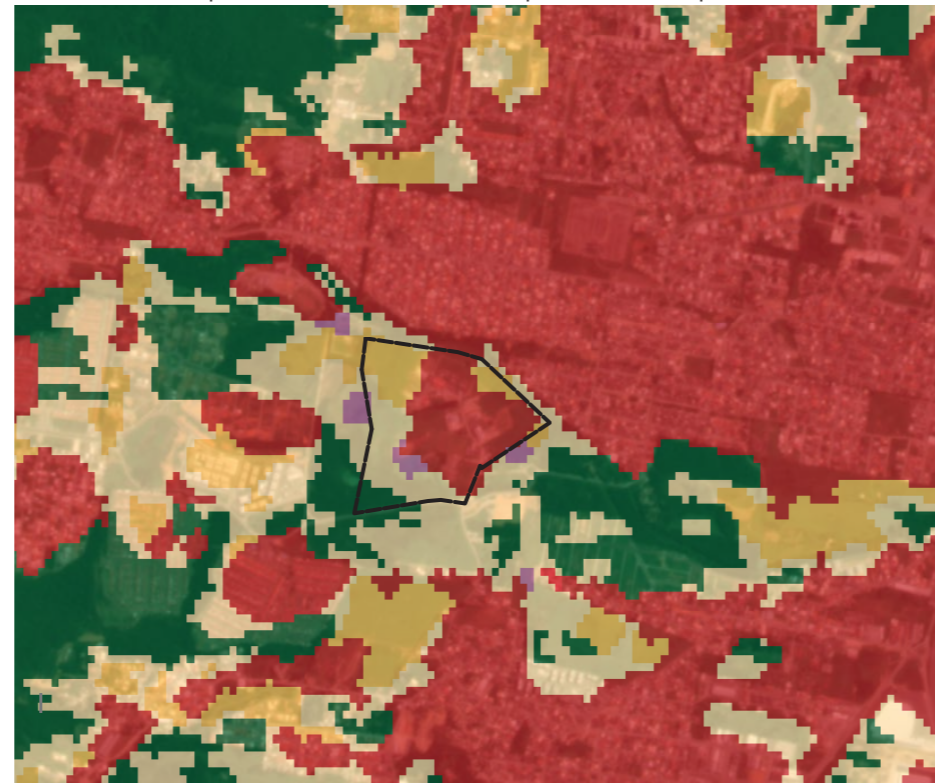
### MAPA DE USO DO SOLO - 1985

Elaborado pela autora com dados da plataforma MapBiomas Brasil



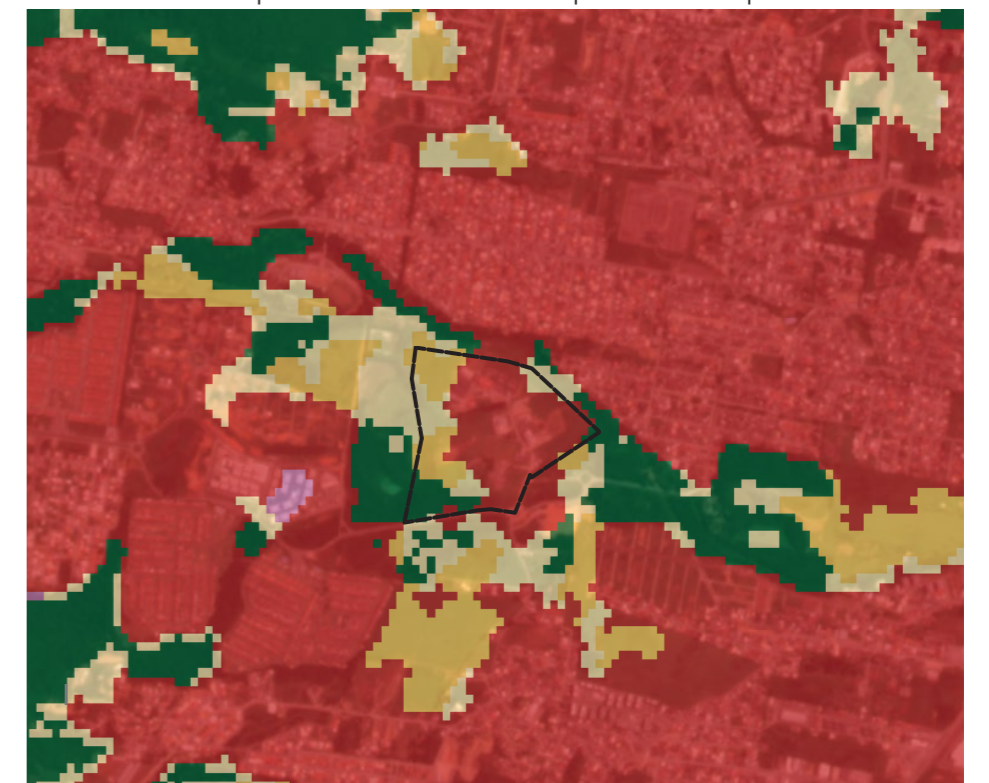
### MAPA DE USO DO SOLO - 2005

Elaborado pela autora com dados da plataforma MapBiomas Brasil



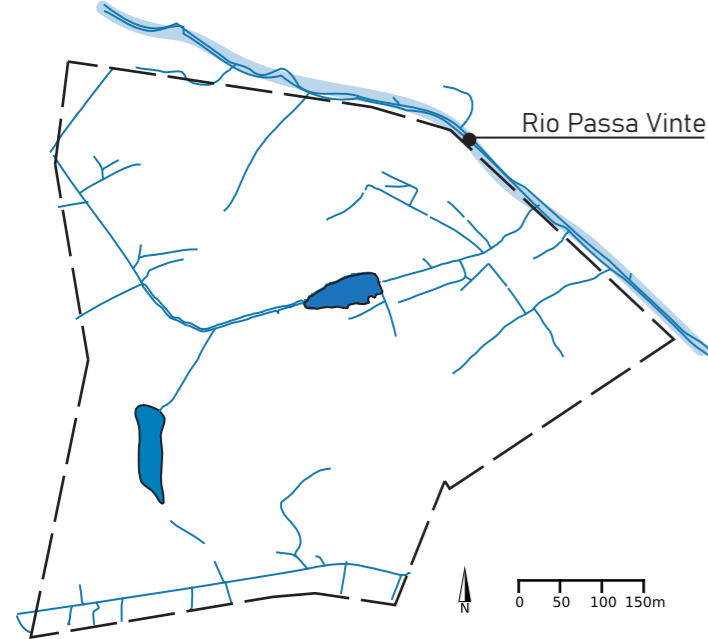
### MAPA DE USO DO SOLO - 2019

Elaborado pela autora com dados da plataforma MapBiomas Brasil



### MAPA DE HIDROGRAFIA

Elaborado pela autora com dados do LabUrb UFSC



Em relação às condicionantes ambientais da área da Colônia Penal, é importante ressaltar que o rio Passa Vinte, importante para a cidade, passa no limite do terreno e dele derivam diversos cursos d'água que passam pela área da unidade, formando até mesmo dois lagos, que atraem diversos pássaros da região.

Apesar de estar em uma região onde há pontos que alcançam mais de 25 metros de declividade, a área em estudo possui pouca declividade, sendo um terreno relativamente plano.

### VEGETAÇÃO EXISTENTE

Elaborado pela autora com dados do Google Maps



Há áreas verdes significativas no local, que ultrapassam os limites do terreno e são de grande importância para a preservação do meio ambiente. O rio que passa nos limites do terreno da Colônia Penal tem em suas margens uma área verde que deveria ser melhor preservada. No limite do terreno com a Avenida Paulo Roberto Vidal encontra-se a maior massa verde, que também tem muito potencial.

Quanto à erodibilidade do solo à erosão hídrica, temos que a área onde se localiza a unidade sofre em nível médio desta condição.

O zoneamento da área onde está localizada a Colônia Penal é considerada zona ARP-P (Área Residencial Predominante - Destinada a loteamentos populares), não sendo considerada uma área institucional nem havendo alguma indicação de área não-residencial. Existe no zoneamento, entretanto, a classificação ACI-6 - Áreas para Segurança Pública.

Outro fato que chama a atenção é que nenhuma área onde se encontram as massas verdes estão delimitadas como áreas de preservação no zoneamento, é tudo tratado como potencial local residencial apenas.

### CURVAS DE NÍVEL DO TERRENO

Elaborado pela autora com dados do LabUrb UFSC

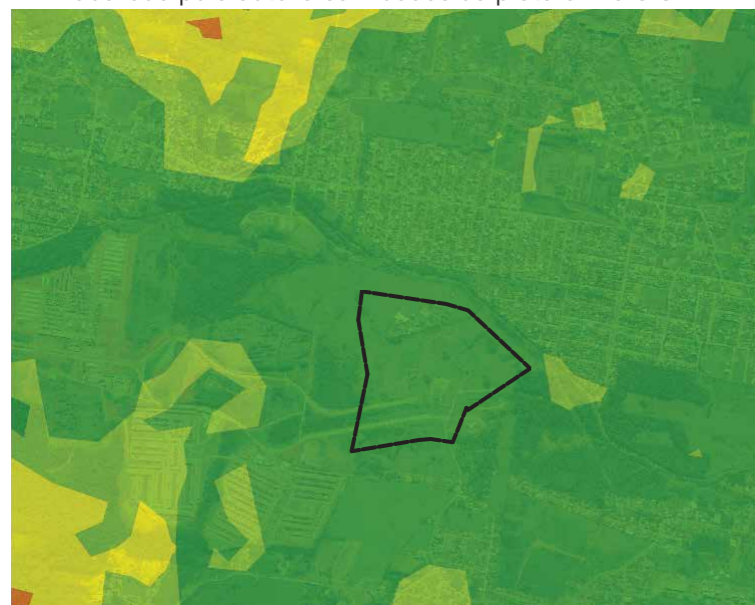


ÁREA	PARCELAMENTO DO SOLO		NÚMERO MÁXIMO DE PAVIMENTOS	ÍNDICE DE APROVEITAMENTO MÁXIMO	TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA
	LOTE	TESTADA			
ARP-P	125	8	4	2,0	50

Trecho extraído da Tabela de Zoneamento de Palhoça  
Fonte: Prefeitura de Palhoça (2021)

### MAPA DE DECLIVIDADE

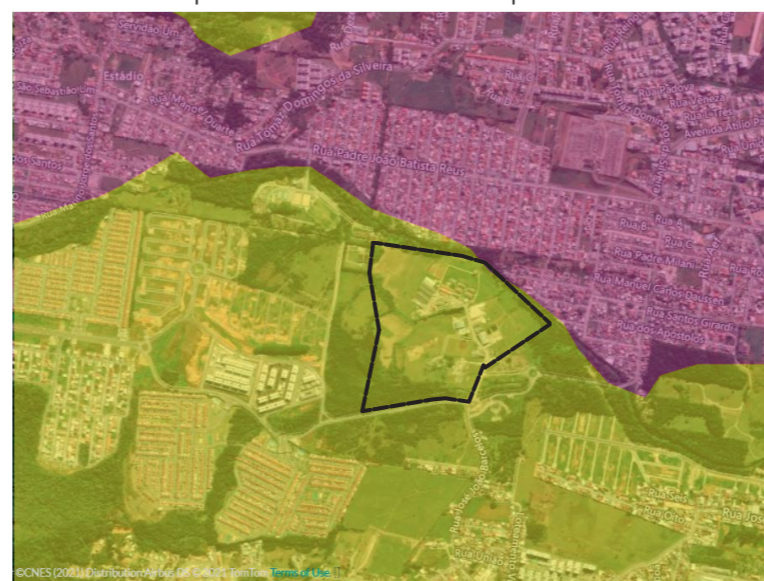
Elaborado pela autora com dados da plataforma GIS IMA



**LEGENDA** ● 0 metros ● 5 metros ● 12 metros ● 25 metros

### MAPA DE ERODIBILIDADE DOS SOLOS À EROSIÃO HÍDRICA

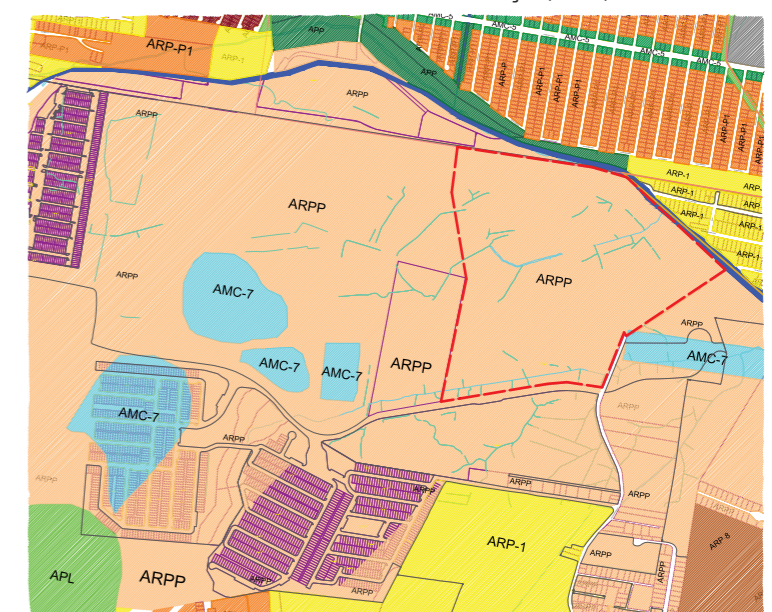
Elaborado pela autora com dados da plataforma GIS IMA



**LEGENDA** ● Área Urbana ● Erosão Média

### ZONEAMENTO DA ÁREA DE ESTUDO

Fonte: Prefeitura de Palhoça (2021)



## 3.3. ROTINA DOS INTERNOS

Atualmente a rotina dos detentos pode envolver atividades educacionais e laborais além de atividades internas periódicas, como visitas familiares e limpeza do alojamento. Como visto anteriormente, dos 642 internos (INFOPEN, 2019), apenas 106 participam de atividades educacionais (16,5%) e 366 participam de atividades laborais (43,6%). Não foi possível verificar o número daqueles que participam das duas atividades, mas é importante salientar que um grande número de detentos não participa de nenhuma atividade, permanecendo durante o dia em total ociosidade tendo uma experiência de regime fechado. Essa informação é importante para podermos analisar as diversas possibilidades de rotinas existentes no local e avaliar como elas podem, ou não, estar contribuindo para a ressocialização dos internos.

A escola da Colônia Penal Agrícola de Palhoça funciona em dois períodos: matutino (8h-11h) e vespertino (13h-16h). São apenas 3 horas de aulas, com intervalo de 15 minutos, onde os internos recebem lanches prontos para consumir nas dependências da escola, porém não há mesas e nem local para suprir essa necessidade.

A jornada de trabalho nas empresas que têm atividades na Colônia Penal tem duração de 8 horas diárias e possui três períodos de funcionamento: matutino (7h-15h), vespertino (15h-23h) e noturno (23h-07h).

Pode ser observado que não há nenhuma atividade de lazer programada na rotina dos detentos e nem há local preparado para tal. Para aqueles que não estudam e não trabalham, o único momento em que é possível sair do alojamento é no horário de banho de sol, em uma pequena área cercada em frente ao alojamento, ou em momentos esporádicos que há visita familiar ou necessidade de atendimento médico ou administrativo. Nos finais de semana não há nenhuma atividade para os internos, apenas visitas familiares para aqueles que trabalham durante a semana.

Toda a alimentação dos internos entregue em marmitas prontas que são produzidas por uma empresa terceirizada. Apenas a alimentação dos colaboradores é feita na unidade pelos detentos e por outros funcionários da cozinha. Há um refeitório para os colaboradores, mas não há um refeitório que atenda os detentos, sendo que a alimentação é feita nos próprios alojamentos ou no local de trabalho.

Outro detalhe importante é que não há nenhuma liberdade de locomoção dentro da unidade: os internos são sempre “escoltados” por um agente de segurança quando precisam sair do alojamento, seja para ir até a escola, ao trabalho, à visita ou ao atendimento médico/administrativo. Muitos dos caminhos feitos pelos internos pré-determinados, com grades de 2 metros de altura nas laterais. Todas essas medidas são feitas para “garantir” que não haja fugas.

Pelo que foi observado durante as visitas à Colônia Penal é que existem dois perfis de funcionários no local: aqueles que acreditam que possa ser feito um trabalho de ressocialização e aqueles que não acreditam numa mudança de comportamento e que vêem a penitenciária como uma forma puramente de punição para aqueles que são “bandidos”. Entender que existem esses dois perfis de profissionais é importante para compreender as dinâmicas existentes.

Outro fato observado foi de que existe um certo receio por funcionários do local sobre novos espaços e rotinas para os internos, principalmente em relação à uma maior convivência com os detentos e maior liberdade de locomoção destes. Talvez este receio possa ser explicado pelo pequeno número de agentes de segurança em relação a um número proporcionalmente tão grande de internos e também pela total despreparo dos funcionários do local, por parte do Governo, não havendo nenhuma preocupação em oferecer cursos de desenvolvimento desses profissionais para trabalhar em um ambiente tão desafiador.

### Rotina do que estuda (manhã)

**06h** - Acordar  
**06:20h** - Café da manhã - no alojamento  
**08h** - Saída para a escola  
**9:30h** - Intervalo da escola - lanche no local  
**11h** - Saída da escola e retorno ao alojamento  
**12h** - Almoço - no alojamento  
**17:15** - Conferência dos internos  
**17:30h** - Jantar - no alojamento  
**22h** - Início do horário de silêncio

### Rotina do que estuda (manhã) e trabalha (tarde)

**06h** - Acordar  
**06:20h** - Café da manhã - no alojamento  
**08h** - Início das aulas na escola  
**9:30h** - Intervalo da escola - lanche no local  
**11h** - Saída da escola e retorno ao alojamento  
**12h** - Almoço - no alojamento  
**15h** - Saída para o trabalho  
**17:30h** - Jantar - no trabalho  
**23h** - Retorno ao alojamento

### Rotina do que trabalha (tarde)

**06h** - Acordar  
**06:20h** - Café da manhã - no alojamento  
**08:15h** - Conferência dos internos  
**08:30h** - Início do banho de sol  
**10:30h** - Retorno ao alojamento  
**12h** - Almoço - no alojamento  
**15h** - Saída para o trabalho  
**17:30h** - Jantar - no local de trabalho  
**23h** - Retorno ao alojamento

### Rotina do que trabalha (manhã)

**06h** - Acordar  
**06:20h** - Café da manhã - no alojamento  
**07h** - Saída para o trabalho  
**09:30h** - Intervalo de 15 minutos para café  
**12h** - Intervalo do Almoço - no trabalho  
**13h** - Retorno ao trabalho  
**15h** - Saída do trabalho e retorno ao alojamento  
**17:15h** - Conferência dos internos  
**17:30h** - Jantar - no alojamento  
**22h** - Início do horário de silêncio

### Rotina do que estuda (tarde)

**06h** - Acordar  
**06:20h** - Café da manhã - no alojamento  
**08:15h** - Conferência dos internos  
**08:30h** - Início do banho de sol  
**10:30h** - Retorno ao alojamento  
**12h** - Almoço - no alojamento  
**13h** - Início das aulas na escola  
**16h** - Retorno ao alojamento  
**17:15h** - Conferência dos internos  
**17:30h** - Jantar - no alojamento  
**22h** - Início do horário de silêncio

### Rotina do que estuda (tarde) e trabalha (noite)

**06:20h** - Café da manhã - no trabalho  
**07h** - Retorno ao alojamento e descanso  
**12h** - Almoço - no alojamento  
**13h** - Início das aulas na escola  
**16h** - Retorno ao alojamento  
**17:15h** - Conferência dos internos  
**17:30h** - Jantar - no alojamento  
**23h** - Saída para trabalho

### Rotina do que trabalha (noite)

**06:20h** - Café da manhã - no trabalho  
**07h** - Retorno ao alojamento  
**12h** - Almoço - no alojamento  
**17:15h** - Conferência dos internos  
**17:30h** - Jantar - no alojamento,  
**23h** - Saída para trabalho

### Rotina do que não estuda nem trabalha (Rotina do Final de Semana)

**06h** - Acordar  
**06:20h** - Café da manhã - no alojamento  
**08:15h** - Conferência dos internos  
**08:30h** - Início do banho de sol  
**10:30h** - Retorno ao alojamento  
**12h** - Almoço - no alojamento  
**17:15h** - Conferência dos internos  
**17:30h** - Jantar - no alojamento  
**22h** - Início do horário de silêncio

### Atividades Periódicas comuns a todos

- Visita familiar
- Visita advogado
- Consultas e exames médicos/odontológicos
- Visita à psicóloga e assistente social

## 3.4. EDIFICAÇÕES EXISTENTES

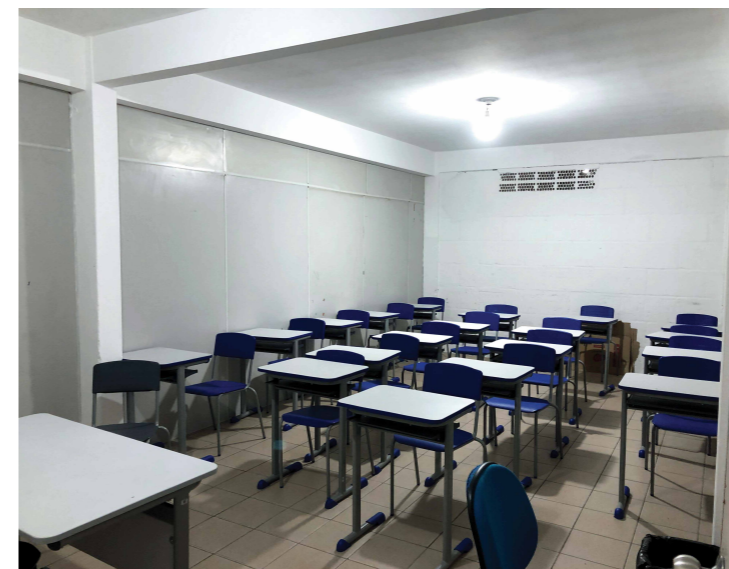
MAPA DAS EDIFICAÇÕES EXISTENTES



### Escola

A estrutura física da escola da Colônia Penal é uma adaptação de um espaço anteriormente utilizado como cozinha do complexo e local de cursos de panificação. Dessa forma, percebe-se que o local não foi planejado para atender as demandas de um ambiente escolar. O local possui 5 salas de aulas, onde 4 destas não possuem janelas, o que confere falta de iluminação e ventilação natural. A sala de professores e biblioteca também não possuem janelas e o acesso a esses ambientes é muito difícil para os alunos, já que é necessário passar pela sala da coordenação, que em teoria seria de acesso restrito aos apenados. O banheiro para alunos está bem comprometido, sendo super escuro, não havendo ventilação natural e necessitando de reformas.

Todos os móveis escolares, como carteiras, cadeiras e quadros para escrever, foram obtidos através de doações, mas estão em boas condições. As divisórias entre salas de aula são de PVC, o que não favorece o isolamento acústico. É importante lembrar que, devido ao regime do complexo ser semi-aberto, não há divisórias entre os alunos e os professores. Nenhuma sala possui ventiladores de teto que melhorem o conforto térmico dos ambientes, apenas na sala da coordenação possui ar-condicionado. Outro detalhe importante é a localização da escola dentro do complexo penal: fica na frente e entre alojamentos dos detentos, o que impede a escola de ampliar sua estrutura. Não há um local de estar para os internos ficarem durante os intervalos das aulas e nem espaço para fazerem o lanche.



Sala de aula sem janela para o exterior  
Fonte: Autora (2020)



Entrada da Escola  
Fonte: Autora (2020)



Biblioteca  
Fonte: Autora (2020)

### Trabalho interno

Dentro do complexo da Colônia Penal estão instaladas seis empresas que utilizam mão de obra dos apenados, são elas: NutriSaúde, Ventisol, FS Yatch, Nobreplas, Plastbel e Goedert. Devido à pandemia de COVID-19, durante o ano de 2020 as empresas precisaram reduzir o número de funcionários, então atualmente apenas 110 apenados estão exercendo suas atividades laborais nas empresas e cerca de 20 outros trabalham para a instituição, em serviços como jardinagem, manutenção, cozinha, limpeza e rouparia. Além disso, devido à pandemia, não estão sendo autorizados trabalhos externos.

Os benefícios concedidos às empresas instaladas no complexo penitenciário são a isenção no pagamento de água, luz e aluguel, além do acesso à mão de obra barata e que não tem vínculo empregatício (os detentos recebem 3/4 do salário mínimo por mês e não têm direito a 13º e nem FGTS, por exemplo). Atualmente as empresas não precisam oferecer cursos de capacitação, apenas treinamento para os apenados, porém está sendo implementado uma normativa que irá obrigar as empresas a oferecerem cursos profissionalizantes para que os detentos tenham alguma formação que os ajude a conseguir se colocar no mercado de trabalho após o cumprimento da pena.

Atualmente os locais de trabalho não possuem locais específicos para os internos fazerem suas refeições, sendo improvisado por eles para tal.



Galpão da empresa Plastbel  
Fonte: Autora (2020)



## Visitação

O espaço de visitação é uma edificação recente. Até dois anos atrás não havia um espaço reservado para a visitação da família ao recluso, então este encontro ocorria ao ar livre e sem qualquer estrutura de estar ou cobertura que protegesse de intempéries.

Atualmente existe um local reservado para as visitas, contando com uma sala fechada e um espaço aberto e coberto. Pode-se perceber que o local é cercado por tela de arame, restringindo o acesso, e em todas as janelas há grades. O local é visualmente muito impessoal, passando sensação de frieza, e também não há nenhum espaço para entreter as crianças que vão visitar seus pais.



Espaço de visitação  
Fonte: Autora (2020)

## Setores Administrativos

Os setores administrativos possuem espaços muitas vezes compartilhados entre os funcionários. São espaços cômodos, bem ventilados e que possuem certa privacidade. Em algumas salas existem “portas-janelas”, para limitar o acesso de detentos. Majoritariamente as edificações são térreas e espalhadas pela área da Colônia Penal.

Na parte exterior, as fachadas são simples, com grades nas janelas e pintura na cor branca e faixas com as cores do estado de Santa Catarina.



Sala do Serviço Social  
Fonte: Autora (2020)



Fachada do setor administrativo  
Fonte: Autora (2020)

## Alojamentos

Os alojamentos da Colônia Penal se assemelham a uma pequena casa, que pode abrigar de 16 a 30 detentos dependendo do tamanho. Em cada alojamento há beliches duplas de ferro e um banheiro de uso comum. Cada alojamento é cercado por cercas metálicas, com um pequeno espaço gramado ao redor da edificação, onde os detentos podem permanecer para o banho de sol (2 horas por dia). Ao total são 35 alojamentos, separados por 6 “galerias”: a galeria A possui 4 alojamentos, a galeria E possui 12 e a F possui 7, por exemplo.

A separação dos internos por galeria se dá principalmente pela rotina educacional e laboral, por exemplo: aqueles que trabalham a noite ficam no mesmo alojamento, aqueles que não trabalham e nem estudam também ficam juntos. Também há uma organização interna, onde cada detento fica responsável pela limpeza do alojamento por um dia a cada período de tempo estipulado por eles.



Alojamento dos detentos idosos  
Fonte: Autora (2020)

## Setores de Segurança

A Casa de Revista é a edificação onde todos os detentos e visitantes passam quando chegam na Colônia Penal. Lá são verificados documentos e utilizado um scanner corporal para identificar o contrabando de drogas ou celulares, por exemplo. A edificação também tinha outro uso administrativo anteriormente, sendo adaptava para a atual função.

Outro setor de segurança é onde os agentes permanecem durante seu turno de trabalho, perto dos setores administrativos e dos alojamentos dos internos. Há também algumas torres de segurança espalhadas pela unidade.



Fachada da edificação onde são feitas as revistas de internos e visitantes  
Fonte: Autora (2020)

## Área Externa

A Colônia Penal Agrícola de Palhoça está situado em uma área de aproximadamente 340.000 m<sup>2</sup>. Como há poucas edificações no existentes no local, há muito espaço verde que poderia ser melhor utilizado para áreas de lazer e estar, por exemplo.



Lago e área verde livre na Colônia Penal  
Fonte: Autora (2020)

Próximo das edificações administrativas e dos alojamentos, há um lago muito bonito que poderia contribuir para o bem-estar de funcionários e internos caso houvesse uma estrutura de permanência por perto. No local do lago há peixes e pássaros de diversas espécies e até mesmo um jacaré já foi visto passeando pelo local.

Há massas verdes consistentes no limite do terreno com a Avenida Paulo Roberto Vidal, e nesse espaço há mais um lago, mais escondido pela vegetação. Os caminhos existentes não são muito bem definidos, sendo de terra batida, e quando há chuvas fortes tudo alaga e fica difícil a locomoção de pedestres e automóveis.

## Atendimento Médico

Na unidade há um ambulatório, uma sala de atendimento médico e uma sala para atendimento odontológico, sendo que essas salas passaram por uma reforma recentemente para qualificação do espaço.

# 4. PROPOSTA

## 4.1. CONCEITO

Levando em consideração todas as pesquisas e visitas feitas na Colônia Penal Agrícola de Palhoça e todos os desejos para o local, chegou-se a alguns conceitos-chave para a proposta de planejamento global de desenvolvimento para a Colônia Penal Agrícola de Palhoça.

### Ressocialização

Em primeiro lugar, o conceito mais importante para o projeto é considerar sempre a ressocialização. Acredita-se que os internos pagam por seus erros com a privação da sua liberdade em um local que deve promover uma mudança de comportamento e mentalidade, para que os estes possam sair do sistema penal melhores do que quando entraram. O planejamento da unidade deve dar ao local características da vida em liberdade, interação com a comunidade e uma arquitetura menos opressora e mais humanizada, de forma a auxiliar nesse propósito.

Outro ponto importante é propor rotinas que tragam qualidade de vida e que ajudem na ressocialização. Com as pesquisas feitas anteriormente, verificou-se que na Colônia Penal Agrícola de Palhoça apenas 16,5% dos reclusos participam de atividades educacionais e 43,6% de atividades laborais. Considerando que essas atividades são de grande valia para o processo de ressocialização, deve-se considerá-las como atividades essenciais para os internos, sendo estimuladas.

### Valorização dos elementos naturais existentes

Como exposto anteriormente, o contato visual com elementos naturais e a interação com estes pode ter um efeito restaurador do bem-estar e redução dos níveis de estresse. Levando isso em consideração, propõe-se como um dos principais conceitos para o projeto de planejamento a valorização dos elementos naturais da unidade, como a vegetação existente e os lagos, e traça como diretriz a ampliação de áreas arborizadas,

As quadras serão projetadas de forma a contar com áreas verdes que, juntas, formarão um cinturão verde. Este espaço também tem como propósito servir de áreas culturais e de lazer, possuindo diversos pontos de estar espalhados que promovam uma maior interação com o ambiente natural. A prática esportiva será incentivada nesses ambientes.

### Retomada do caráter agrícola

Há vários anos a instituição perdeu o caráter agrícola e passou a inutilizar grande parte de sua área livre. Propõe-se, então, como conceito norteador, a retomada das atividades agrícolas. O contato com a terra e com os cultivos pode ser muito interessante também pela visão da ressocialização, já que os internos poderiam ver os frutos dos seus trabalhos nas hortas, sendo assim motivacional.

### Desenvolvimento Sustentável

Com a criação de hortas e de áreas de proteção da vegetação natural, propõe-se que haja um foco maior na sustentabilidade da Colônia Penal. Diversas ações podem ser feitas, como por exemplo a criação de um local para compostagem dos resíduos orgânicos produzidos no local e um centro de reciclagem, para separação dos resíduos recicláveis e sua correta destinação.

Além disso, propõe-se o conceito de sustentabilidade também para as futuras edificações da Colônia Penal. Estas deverão seguir alguns critérios mais ecológicos, privilegiando a ventilação cruzada e a iluminação natural, assim como também serão incentivados o uso de painéis fotovoltaicos e cobertura verde.



## 4.2. PROGRAMA PROPOSTO

Após as visitas à Colônia Penal Agrícola de Palhoça e conversas com os funcionários do local, pode-se verificar a necessidade de criação de diversos espaços e até mesmo a melhoria de alguns já existentes, focando em transformar a instituição em um ambiente mais agradável a quem vive e quem trabalha ali, com o foco na ressocialização e sustentabilidade do ambiente.

### Refeitório e Cozinha industrial

Com a criação de uma cozinha industrial seria possível a preparação de todas as refeições dos internos e funcionários na própria Colônia Penal, por equipes conjuntas de colaboradores de cozinha e detentos. Além de reduzir os altos custos com a cozinha terceirizada, que atualmente entrega toda a alimentação em marmitas, poderia-se utilizar toda a futura produção agrícola da instituição para a elaboração das refeições saudáveis.

Além da cozinha, há uma demanda por um refeitório para os internos, inexistente hoje em dia. Além da socialização, é necessário um local próprio e equipado para atender os momentos de refeição.



Detentos e colaboradora preparando a refeição na cozinha industrial do Presídio de Itajuba (MG)  
Fonte: SSP MG (2017)

### Lavanderia

Atualmente os internos lavam suas roupas, toalhas e roupas de cama à mão em um pequeno tanque em seus alojamentos. Propõe-se então um espaço de lavanderia comunitária a todos os internos, com máquinas industriais, onde cada galeria poderia ter um dia na semana para utilizar o espaço, ou até mesmo uma equipe de internos poderia ficar responsável por esse serviço de forma geral.

### Armazém

Hoje existe um serviço de mercado onde os internos podem fazer encomendas de alguns alimentos, como sucos e biscoitos, onde a venda e entrega é feita por um supermercado local que cobra valores exorbitantes pelos itens vendidos. Assim, como existe uma grande demanda por esse serviço, propõe-se então a criação de um espaço para um armazém, com valores decentes para os alimentos.

### Novo Espaço de Visitação da Família

Após muitos anos tendo que realizar às visitas familiares à céu aberto e sem nenhuma estrutura de estar, a Colônia Penal passou a disponibilizar de um espaço de visita, que é muito impessoal e passa uma sensação de frieza, com grades e cercas farpadas. Assim, propõe-se um novo Espaço de Visitação da Família, mais perto da entrada da instituição, facilitando a locomoção dos visitantes pela longa distância atual, com espaço de brinquedoteca e parquinho infantil e um ambiente mais humanizado, para que a vivência do interno com a família seja mais agradável.



Parquinho infantil em penitenciária de São Paulo

### Centro de Saúde

Atualmente na unidade há um pequeno ambulatório, uma sala de atendimento médico e outra para atendimento odontológico. Propõe-se então um Centro de Saúde, onde haja um ambulatório maior e mais completo para o atendimento de emergências, assim como mais salas de atendimento para atendimento médico, odontológico e de outras especialidades de saúde, como fisioterapia.

### Centro Ecumênico

Não existe, atualmente, um espaço dedicado à religiosidade dos internos. Poucas vezes que houveram cultos ou missas no local, estes eventos tinham muita procura e foram realizados em locais pouco propícios para tal. Dessa forma, e sabendo que há uma grande demanda pelos internos para mais momentos de fé, propõe-se um centro ecumênico que possa atender regularmente celebrações de diversas religiões.



Evento no Centro Ecumênico no Centro de Progressão Penitenciário de Porto Feliz (SP)  
Fonte: CRSC SP (2015)

### Nova Escola

A atual escola da Colônia Penal é muito pequena e não atende aos requisitos de salubridade necessários para um local de ensino, como ventilação natural e conforto térmico. Propõe-se então uma nova escola que contemple os seguintes itens:

- maior número de salas de aula,
- salas de educação à distância,
- salas de informática (inexistente atualmente),
- salas para oficinas de música, artes e língua estrangeira, por exemplo
- salas para cursos profissionalizantes,
- biblioteca, com espaços de pesquisa e estar
- auditório para palestras motivacionais e educativas e também para reuniões tipo narcóticos anônimos.

### Quadras de esporte e academia ao ar livre

Não há nenhum local de lazer ou para prática esportiva na Colônia Penal. Dessa forma, propõe-se a instalação de quadras de esporte e uma academia ao ar livre para lazer, melhoria na saúde e até mesmo atividades de remissão por esporte.

### Parque e áreas de estar

Atualmente não existem espaços de estar e nem de contemplação na instituição. Levando em consideração que há um lago muito atrativo, poderia ser criado um pequeno parque por perto com espaços de estar perto da natureza, que traz benefícios como a manutenção da calma e relaxamento.

### Hortas Orgânicas

Há vários anos a instituição perdeu o caráter agrícola e passou a inutilizar grande parte de sua área livre. Com a criação de novas hortas poderia-se produzir alimentos orgânicos para o consumo local e de outras instituições penais próximas, como o Complexo Penal do Estado (20km de distância). Além disso, poderia-se criar áreas de hortas comunitárias, onde os internos poderiam fazer a manutenção dos cultivos junto à comunidade, que poderia aproveitar e consumir alimentos de qualidade e gratuitos.



Detentos trabalhando em horta em penitenciária do RS  
Fonte: SEAPEN RS (2017)

### Compostagem e reciclagem de materiais

Focando em tornar a instituição mais ecológica, propõe-se um espaço de compostagem para os rejeitos orgânicos da Colônia Penal e um espaço para a separação do lixo reciclável, para uma correta destinação destes.

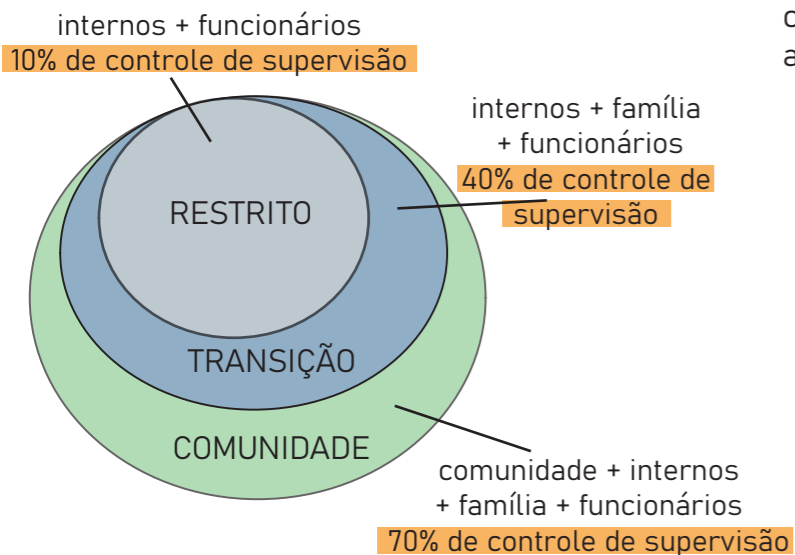
### Atividades Industriais

Há diversas empresas que já possuem locais de produção na Colônia Penal e é importante que haja uma organização desses espaços para que novas empresas possam se instalar na instituição. Novos espaços para atividades laborais focadas em produtos para o estado, como confecção de uniformes prisionais e mobiliário escolar, também é uma proposta para a Colônia Penal.

## 4.3. ZONEAMENTO PROPOSTO

Ao imaginar uma nova organização e planejamento da área da Colônia Penal Agrícola de Palhoça chegou-se a um diagrama de círculos, onde estes criam zonas de interação com a comunidade externa. Dessa forma, pretende-se humanizar a instituição, aproximar a realidade interna com a externa e conectar a comunidade que vive na região da penitenciária de forma leve, reduzindo o preconceito com o local.

DIAGRAMA DE ZONAS



Elaborado pela autora.

Na zona mais externa haveria um contato direto com a comunidade e uma maior supervisão dos agentes de segurança. Para essa zona pensou-se em criar hortas orgânicas comunitárias, onde a população pudesse participar dos cultivos e consumir o que for colhido. Para viabilizar o trabalho dos internos na manutenção das hortas orgânicas nesse espaço aberto, pode-se considerar que este é um trabalho externo à instituição, dando credibilidade nas atitudes dos internos assim como é feito quando estes tem atividades laborais afastadas da Colônia Penal. Aqueles que estiverem aptos, devido ao comportamento e comprometimento com a atividade, poderão trabalhar nesse espaço comunitário.

Na zona intermediária poderia haver um controle maior da circulação da comunidade externa, sendo liberada apenas a entrada de familiares dos internos e funcionários das indústrias localizadas na unidade.

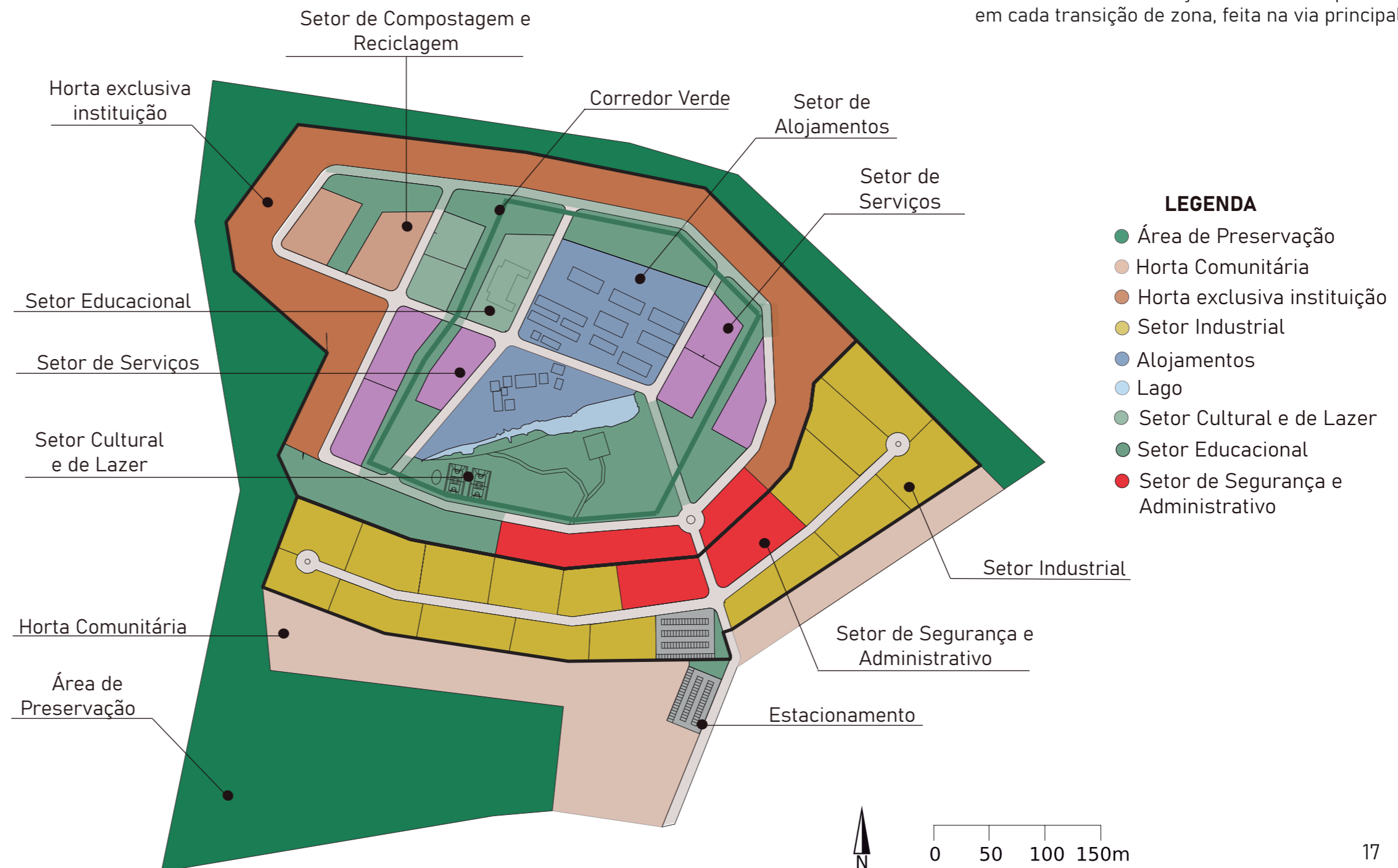
Neste espaço poderiam haver alguns setores administrativos, setor de segurança e revista (há um scanner corporal já em funcionamento no local), setor laboral industrial e também um espaço de visitação humanizado com parquinho infantil. Haveria uma liberdade maior de locomoção dos internos dentro deste espaço comparando-se com a zona mais externa, havendo ainda assim um certo controle por parte dos agentes de segurança. Como barreira física delimitando essas zonas sugere-se cercas metálicas altas com vegetação, permitindo um certo contato visual entre a zona mais externa e a zona intermediária.

Na zona mais interna, a mais restrita, seria onde haveria uma liberdade dos internos e ali se encontrariam os alojamentos, áreas de lazer, áreas educacionais e culturais, além de setores essenciais para o funcionamento da unidade, como os setores de segurança, administrativo e de serviços, como a nova cozinha industrial e refeitório. Nessa zona seria permitida a circulação apenas de funcionários da instituição e internos. A barreira entre esta zona e a intermediária e também entre o exterior seria feita através de muros altos, de forma a promover uma maior privacidade dos acontecimentos e rotinas dos internos.

Levando em consideração o diagrama de zonas, passou-se a considerar as condicionantes ambientais para poder propor um zoneamento para a área de 340 mil metros quadrados da Colônia Penal Agrícola. A primeira consideração feita foi em relação a vegetação natural encontrada atualmente nos limites da instituição e também nas áreas adjacentes, criando uma área de preservação ambiental.

Em um segundo momento foi feita uma análise das edificações e dinâmicas existentes, assim como um estudo das possíveis vias que poderiam ser propostas para a Colônia Penal. As vias propostas se baseiam nos caminhos existentes e formam um anel ao redor da zona mais restrita da instituição. Haverá uma portaria em cada transição de zona, feita na via principal.

PROPOSTA DE ZONEAMENTO



### Hortas Comunitárias

Optou-se por criar dois trechos de horta comunitária, sendo esses mais próximos a Avenida Paulo Vidal para facilitar o acesso dos moradores da região. Somadas, as duas áreas totalizam aproximadamente 34 mil metros quadrados de áreas cultiváveis. Como explicado anteriormente, nesse trecho alguns detentos, com bom comportamento, trabalharão junto à comunidade cuidando das hortas. Nessas áreas poderão ser construídas apenas pequenas edificações de apoio para o trabalho agrícola.

### Hortas da Instituição

As hortas de uso exclusivo da instituição fica dentro da zona mais restrita, onde os internos tem mais liberdade de locomoção. A área total para este fim tem cerca de 32 mil metros quadrados e “abraça” toda a zona restrita da unidade penal. Ali poderão haver edificações que ajudem o trabalho agrícola, como depósitos de ferramentas, sementes e adubos, garagem de máquinas e sala pós-colheita.

### Setor Industrial

O setor industrial ficou localizado na zona intermediária, já que conta com funcionários contratados das empresas, externos à instituição. Em relação ao espaço, são cerca de 52 mil metros quadrados de área útil para a instalação de galpões industriais, parcelados em 16 lotes.

### Setor de Alojamentos

O setor de alojamentos se manteve onde atualmente já estão localizados, considerando ainda um espaço para futuras instalações. A área total está em torno de 23 mil metros quadrados. Uma observação importante é que serão retiradas todas as grades metálicas que separam os alojamentos, assim como os corredores gradeados que os ligam à escola e demais setores administrativos.

### Setor de Compostagem e Reciclagem

Foi delimitada uma quadra exclusiva para as atividades relacionadas ao manejo dos resíduos produzidos na unidade penal. Haverá uma edificação para a separação do lixo reciclável, onde este será destinado corretamente e uma edificação de apoio para a compostagem dos resíduos orgânicos.

### Setor Cultural e de Lazer

O setor cultural e de lazer é composto por diversos trechos de áreas verdes, que podem ter edificações voltadas para estes fins, como quadras de esporte, centro ecumênico e áreas de estar perto da natureza. Esse setor configura um cinturão verde dentro da unidade, onde é possível a prática esportiva e também a constituição de uma das diretrizes desse projeto; o espaço verde como papel restaurador.

### Setor de Serviços

O setor de serviços está disposto em 2 quadras e possui aproximadamente 11 mil metros quadrados. Lá serão localizados o refeitório, cozinha industrial, armazém, lavanderia, centro de saúde e qualquer outra edificação que seja voltada para serviços dentro da unidade. As edificações serão térreas.

### Setor de Segurança e Administrativo

Optou-se por criar duas áreas do setor de segurança e administrativo. Na zona intermediária, haverá portaria, Centro de Visitação, setores de segurança (revista de pessoal e veículos) e setores administrativos que possam ter relação com o atendimento familiar e das empresas com indústria na unidade.

Na zona mais restrita, está localizada outra portaria, para o acesso mais restrito, os setores administrativos mais focados nos internos e setores de segurança pertinentes à unidade em geral. Em ambas áreas, as edificações terão no máximo 2 pavimentos.

### Setor Educacional

Este setor estará localizado em uma quadra dedicada à educação, sendo cortada pelo corredor verde. Nos lotes as edificações poderão ser separadas por uso (escola convencional, escola profissionalizante, biblioteca...) e estas terão até 2 pavimentos.

### Área de Preservação

Essa área foi criada para preservar a vegetação existente no local. Sugere-se que o lote vizinho à Colônia Penal também seja considerado como Área de Preservação já que há uma massa verde consistente nos limites da instituição. Essa será uma área não edificável.

Foram criadas 2 áreas de estacionamento, uma na zona mais externa, com 52 vagas destinadas à comunidade e visitantes, e outra área na zona intermediária, com 68 vagas destinado aos funcionários da unidade e para os veículos de escolta ou caminhões.

Em relação ao sistema viário, foi proposto possui uma via principal que interliga as três zonas da Colônia Penal Agrícola e, a cada troca de zona, haverá uma portaria onde é feita a identificação pessoal e verificação do veículo. As vias do sistema são compartilhadas, onde pedestres, ciclistas e motoristas compartilham as ruas de 8 metros de largura propostas.

A via principal do sistema forma um anel por toda a extensão da zona mais restrita, de forma a facilitar o deslocamento de viaturas de segurança, caminhões para o trabalho agrícola e deslocamento dos transeuntes. Sugere-se o uso de blocos de concreto intertravados para a pavimentação das vias, já que estas permitem que em dias de chuva a água escoe para o solo.

Além das vias compartilhadas, foi proposta uma via exclusiva de pedestres e ciclistas pelas áreas verdes culturais e de lazer. Essa via exclusiva forma um corredor verde dentro da zona mais restrita, facilitando o deslocamento entre os equipamentos propostos e propiciando momentos de caminhada perto da natureza, o que auxiliar na restauração do bem-estar dos internos e funcionários do local.

## PROPOSTA DE REDE VIÁRIA LOCAL

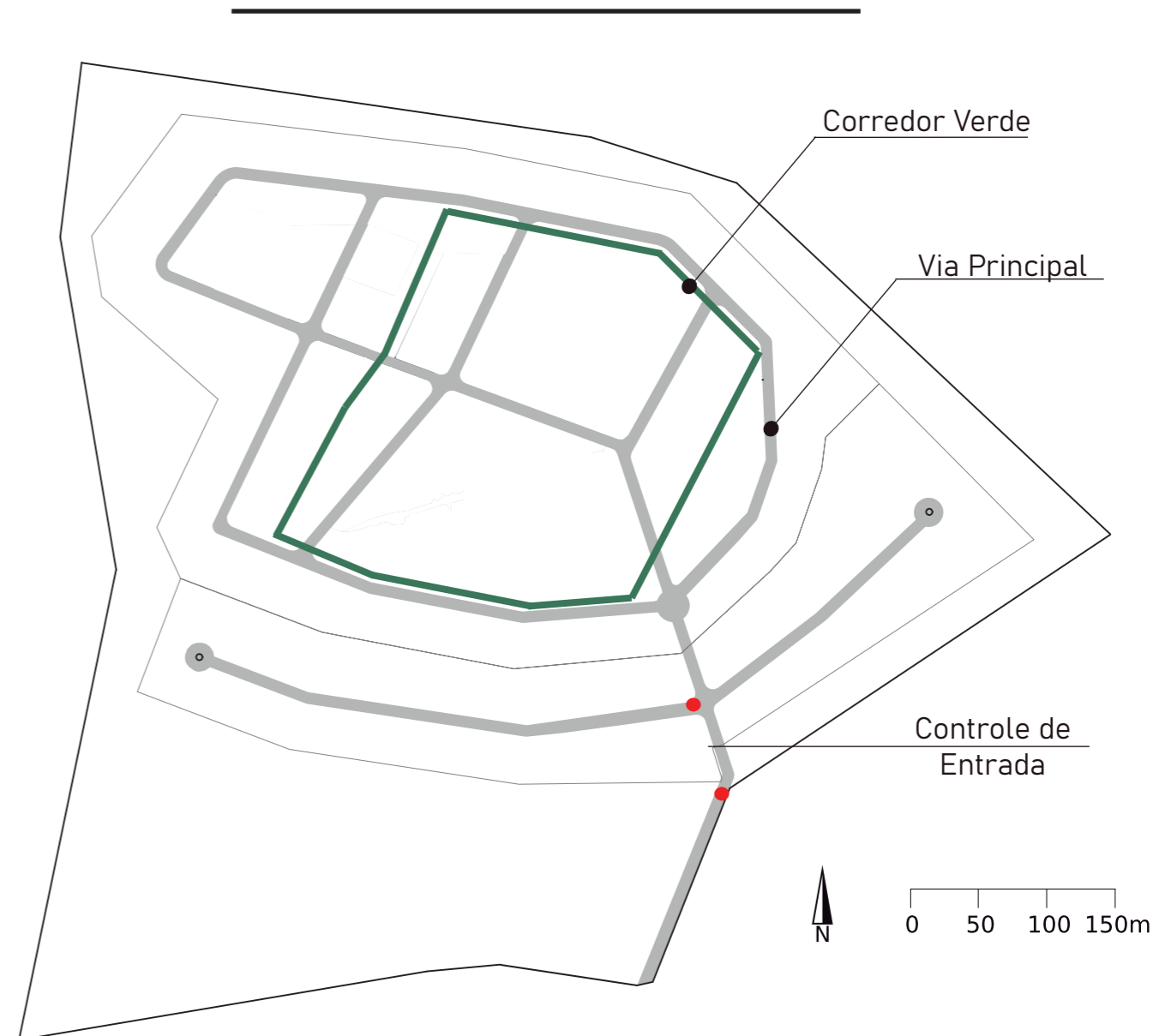




TABELA DE ÍNDICES URBANOS

Zonas	Categoria	Descrição	Nº máx de pavimentos	Altura Máxima (m)	Lote			Índice de Aproveitamento	Taxa de Ocupação Máxima	Taxa de Permeabilidade e Mínima	Afastamentos Mínimos	
					Testada Mínima	Área Mínima	Área Máxima				Frontal (m)	Lateral (m)
<b>Setor de Alojamentos</b>	Residencial	Área com edificações destinadas ao alojamento dos internos	2	7	-	-	-	1	0,5	0,3	5	3
<b>Setor Educacional</b>	Educacional	Área dedicada à educação formal dos internos, com edificações destinadas ao ensino regular e profissionalizante	2	7	40	1.500m <sup>2</sup>	3.300m <sup>2</sup>	1	0,5	0,3	5	3
<b>Setor de Serviços</b>	Institucional	Área com edificações destinadas ao serviço ao internos, desde refeitórios até atendimento médico	2	7	28	1.700m <sup>2</sup>	2.200m <sup>2</sup>	1	0,5	0,2	3	4
<b>Setor de Segurança e Administrativo</b>	Institucional	Área com edificação administrativas e de segurança da instituição	2	7	28	1.700m <sup>2</sup>	4.800m <sup>2</sup>	1	0,5	0,3	3	4
<b>Setor Industrial</b>	Industrial	Área com edificações industriais de baixo impacto	2	12	28	1.800m <sup>2</sup>	3.700m <sup>2</sup>	1	0,5	0,3	5	5
<b>Setor de Compostagem e Reciclagem</b>	Institucional	Área dedicada ao tratamento dos resíduos produzidos na unidade	2	3,5	40	2.400m <sup>2</sup>	2.800m <sup>2</sup>	1	0,5	0,3	5	5
<b>Setor de Horta</b>	Agricultura	Área dedicada à agricultura	Apenas edificações de apoio à agricultura, como depósito e sementeiras.									
<b>Setor Cultural e de Lazer</b>	Área Verde	Áreas dedicadas à prática de atividades culturais e de lazer, ao ar livre, preservando a cobertura vegetal	Quadras de esporte, edificações culturais (centro ecumênico), edificações de apoio e equipamentos de estar.									
<b>Área de Preservação</b>	Área Verde	Área não edificável										

## 4.4. DEFINIÇÕES DE PARTIDO ARQUITETÔNICO

Em relação ao partido arquitetônico, sugere-se que as futuras edificações tenham uma linguagem semelhantes às edificações já existentes, de forma que o conjunto ao todo seja coeso. Hoje observa-se que as edificações são de alvenaria convencional e em geral possuem apenas um pavimento, utilizando piso cerâmico para revestimento de piso, esquadrias metálicas nas janelas e cores claras para a pintura interna.

Atentando para as considerações feitas anteriormente sobre psicologia ambiental em presídios, podemos definir também que serão abolidos os usos de grades em janelas e de corredores gradeados em áreas abertas. Além disso será priorizado o uso de materiais com aspectos e estética mais agradáveis, como a madeira, pedra, tijolo à vista e blocos de concreto. Serão incentivados ambientes que promovam maior contato visual com a natureza, e que utilizem ao máximo a iluminação e ventilação natural. Essas diretrizes devem auxiliar às edificações a terem um aspecto mais gentil, reduzindo a sensação de opressão e aumentando o bem-estar de quem convive ali.

Em relação à sustentabilidade, as edificações serão incentivadas a terem telhado verde, o que auxilia no conforto térmico interno dos imóveis. Às edificações que tiverem coberturas convencionais de telhas cerâmicas ou laje impermeabilizada deverão fazer a coleta de água da chuva para reutilização em fins não potáveis. Outro grande incentivo será a utilização de painéis fotovoltaicos para a geração de energia elétrica limpa no local.



Identificação de problemáticas e potencialidades	Definições de intenções e de proposta arquitetônica
Relação conturbada com a população residente próxima à unidade	Criar espaços de interação entre comunidade e internos, de forma a humanizar o local e tornar essa relação mais próxima; propõe-se criação de hortas comunitárias, onde os internos possam trabalhar em conjunto com a população e a produção agrícola ser distribuída para os moradores da região.
Retomada de atividades agrícolas	Além das hortas comunitárias, serão destinados espaços da zona mais restrita à atividades agrícolas exclusivas para a unidade, de forma a produzir alimentos para a unidade.
Valorização das áreas verdes e de outros elementos naturais	Criação de uma área de preservação permanente e a criação de uma área verde cultural e de lazer.
Ausência de equipamentos e áreas de lazer/estar ao ar livre	Criar espaços de lazer, como quadras esportivas e academia ao ar livre, assim como espaços de estar perto da natureza, o que pode ajudar a reduzir os níveis de estresse e angústia causados pela ociosidade.
Pouca liberdade de locomoção dos internos pela unidade	Criação de zonas que permitam maior ou menor liberdade de locomoção. Na área mais restrita não haverá os corredores gradeados que existem atualmente a circulação dos detentos será mais livre, já que o controle ambiental nessa zona será maior.
Baixa participação em atividades educacionais	Criação de uma nova escola que possa oferecer tanto a educação formal quanto a educação profissional, assim como oficinas que estimulem a criatividade e felicidade, como aulas de música.
Ausência de atividades culturais, atividades religiosas e atividades que integram a comunidade externa	Criação de espaços como centro ecumênico, para atividades religiosas regulares, e auditórios onde profissionais externos à instituição possam das palestras ou cursos.



Proposta de Centro Ecumênico



Proposta de Centro Ecumênico



Proposta de Centro de Visitação com parquinho infantil



Proposta de Biblioteca



## 4.5. ESTUDO DE MASSAS

Utilizando os softwares SketchUp e Lumion foi possível gerar algumas imagens do estudo de massa da proposta para a unidade penal. Foram utilizados os índices urbanísticos definidos anteriormente para criar os volumes das edificações propostas.

Com as imagens obtidas com o estudo de massa fica mais fácil compreender a proposta, verificar as relações com o meio e as vivências desejadas.



Vista geral da Colônia Penal Agrícola de Palhoça



Vista da entrada na zona intermediária, da horta comunitária e estacionamento interno



Vista da horta comunitária

MADE WITH  
LUMION  
TRIAL VERSION



Portaria que separa a zona comunitária da zona intermediária



Vista da zona intermediária: centro de visitação e parquinho infantil



Vista da zona intermediária: estacionamento interno, setor industrial, e centro de visitação



Portaria que separa a zona intermediária da zona mais restrita



Vista do setor educacional, com a escola (tijolinhos à vista) e alojamentos



Vista do setor cultural e de lazer: lago e quadras poli-esportivas



Vista da zona restrita: via principal e alojamentos ao fundo



Vista da zona restrita, próximo aos alojamentos

## 5. BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Ana Luiza Castro do. O levante que parou uma ilha: memória do instituto correccional da ilha anchieta e ações dos filhos da ilha. 2017. 99 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Memória Social, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Diss405.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2020.

AMARAL, Cláudio do Prado. Políticas públicas no sistema prisional. Belo Horizonte: CAED-UFMG, 2014.

AUBERT, Monica Marques. Psicologia Ambiental – Espaço construído e comportamento humano. Rio de Janeiro, 2007

BEZERRA, Caio Marcellos. A PCE-UP e as Prisões Modelo. 2019. Disponível em: [https://www.academia.edu/40369876/CAIO\\_MARCELLOS\\_BEZERRA\\_A\\_PCE\\_UP\\_E\\_AS\\_PRIS%C3%95ES\\_MODELO\\_2019\\_](https://www.academia.edu/40369876/CAIO_MARCELLOS_BEZERRA_A_PCE_UP_E_AS_PRIS%C3%95ES_MODELO_2019_). Acesso em: 17 out. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen: Relatórios Analíticos. 2019. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-analiticos/relatorios-analiticos>. Acesso em: 04 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional (org.). Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen: Brasília, 2017. 87 p. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>. Acesso em: 05 maio 2020.

BRASIL. PODER JUDICIÁRIO. Geopresídios: Dados Das Inspeções Nos Estabelecimentos Penais. Elaborado por Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: [https://www.cnj.jus.br/inspecao\\_penal/mapa.php](https://www.cnj.jus.br/inspecao_penal/mapa.php). Acesso em: 05 maio 2020.

BRASIL. Código Penal. Decreto Lei nº2848 de 07 de dezembro de 1940. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm). Acesso em: 05 de maio de 2020

BRUHL, Rogéria Goedert Kremer. A vivência na Colônia Penal Agrícola de Palhoça. Entrevista concedida a Natália Bruhl em 10 de novembro de 2020.

CAVALCANTE, Sylvia; PINHEIRO, Natália Parente. Privacidade. In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleici A. (org). Psicologia Ambiental: Conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente. Petrópolis, Rio de Janeiro. Editora Vozes, 2018.

DGAP institui programa que organiza normas e diretrizes para o trabalho, educação e Módulo de Respeito no sistema prisional goiano. 2020. Comunicação DGAP. Disponível em: <https://www.dgap.go.gov.br/noticias-da-dgap/dgap-institui-programa-que-organiza-normas-e-diretrizes-para-o-trabalho-educacao-e-modulo-de-respeito-no-sistema-prisional-goiano.html>. Acesso em: 20 dez. 2020.

Geomais. Elaborado pela Prefeitura de Palhoça. Disponível em: <http://geo.palhoca.sc.gov.br/>. Acesso em: 21 dez. 2020.

GRESSLER, Sandra Christina; GUNTHER, Isolda de Araújo. Ambientes restauradores: definição, histórico, abordagens e pesquisas. Estud. psicol. (Natal) [online]. 2013, vol.18, n.3, pp.487-495. ISSN 1678-4669. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2013000300009>.

HOMBRADOS, María Isabel. Hacinamiento. In: TAPIA, Juan Ignacio Aragonés; CUERVO-ARANGO, María Américo (org). Psicologia Ambiental. 3. ed. Espanha: Ediciones Pirâmide, 2010.

HOW Norway designed a more humane prison. [S.l.]: Vox, 2019. (4 min.), son., color. Legendado. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=5v13wrVEQ2M&ab\\_channel=Vox](https://www.youtube.com/watch?v=5v13wrVEQ2M&ab_channel=Vox). Acesso em: 21 dez. 2020.

JÚNIOR, Afonso; VALLE, Acyane do. Justiça determina desativação da unidade do regime semiaberto de Manaus e monitoramento dos presos com uso de tornozeleira eletrônica. 2018. Disponível em: <https://ambito-juridico.jusbrasil.com.br/noticias/545719499/justica-determina-desativacao-da-unidade-do-regime-semiaberto-de-manaus-e-monitoramento-dos-presos-c670m-uso-de-tornozeleira-eletronica>. Acesso em: 29 abr. 2020.

LONGO, Malu. 500 presos têm tratamento especial. 2010. Jornal O Popular. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/500-presos-t%C3%AAm-tratamento-especial-1.63139>. Acesso em: 20 dez. 2020.

MARON, Ana Carolina; ALMEIDA, Bruno Rotta. Colônias agrícolas: as mazelas do regime semiaberto de execução de pena no Brasil. 2015. Disponível em: [https://wp.ufpel.edu.br/libertas/files/2014/09/SA\\_03083.pdf](https://wp.ufpel.edu.br/libertas/files/2014/09/SA_03083.pdf). Acesso em: 24 abr. 2020.

MEDEIROS, Liagreice Pereira de. A reeducação do sentenciado numa perspectiva de prática para a liberdade: questões norteadoras para o serviço social no sistema penitenciário. 2004. 74 f. TCC (Graduação) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial287679.PDF>. Acesso em: 03 abr. 2021.

MELO, Rosane Gabriele C. de. Psicologia ambiental: uma nova abordagem da psicologia. Psicol. USP, São Paulo, v. 2, n. 1-2, p. 85-103, 1991. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1678-51771991000100008&lng=pt&nrm=is](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771991000100008&lng=pt&nrm=is)>. acessos em 15 out. 2020.

MUNIZ, Mariana. Casa de Correção: o que mudou de 1850 pra cá? 2017. Disponível em: <https://www.jota.info/justica/casa-de-correcao-o-que-mudou-de-1850-pra-ca-20012017>. Acesso em: 29 abr. 2020.

OLIVEIRA, Odete Maria de. Prisão: um paradoxo social. 3. ed. revisada – Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003, 273 p..

PEDROSO, Regina Célia. Utopias penitenciárias projetos jurídicos e realidade carcerária no Brasil. Revista de História, São Paulo, n. 136, p. 121-137, 30 jun. 1997. Universidade de Sao Paulo, Agencia USP de Gestao da Informacao Academica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i136p121-137>.

PRISÃO Storstrøm / C.F. Møller. 2018. Elaborado por ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/886790/prisao-storstrom-cf-moller>. Acesso em: 21 dez. 2020.

PALHOÇA. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Palho%C3%A7a>. Acesso em: 21 dez. 2020.

SÃO PAULO. GOVERNO DE SÃO PAULO. A Casa de Correção. Elaborado por Museu Penitenciário Paulista. Disponível em: <http://museupenitenciario.blogspot.com/p/primeiros-presidios.html>. Acesso em: 24 abr. 2020.

SANTIS, Bruno Moraes di; ENGBRUCH, Werner. A evolução histórica do sistema prisional e a Penitenciária do Estado de São Paulo. Revista Liberdades, São Paulo, n. 11, p. 143-160, dez. 2012. Disponível em: [http://www.revistaliberdades.org.br/\\_upload/pdf/14/historia.pdf](http://www.revistaliberdades.org.br/_upload/pdf/14/historia.pdf). Acesso em: 21 abr. 2020.

SILVA, D. S. DA C.; SANTOS, M. B. DOS; SOARES, M. J. N. Impactos causados pela COVID-19: um estudo preliminar. Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA), v. 15, n. 4, p. 128-147, 30 jul. 2020.

SILVA, Kamila Tavares da. O sistema carcerário no Brasil. 2017. Disponível em: <https://br.blastingnews.com/sociedade-opinioao/2017/10/o-sistema-carcerario-no-brasil-002060411.html>. Acesso em: 24 abr. 2020.

SILVEIRA, Bettieli Barboza; FELIPPE, Maíra Longhinotti. Ambientes restauradores: conceitos e pesquisas em contextos de saúde. Dados eletrônicos. – 1. ed. – Florianópolis: UFSC, 2019. 118 p.

SILVEIRA, Bettieli Barboza da. Estresse e restauração: : Aspectos físicos e psicológicos de um hospital de custódia. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Florianópolis, SC, 2017. 146 p.

SYDOW, Spencer Toth. Retratos do Regime Semiaberto. 2013. Disponível em: [http://www.lex.com.br/doutrina\\_26481625\\_RETRATOS\\_DO\\_REGIME\\_SEMI\\_ABERTO.aspx](http://www.lex.com.br/doutrina_26481625_RETRATOS_DO_REGIME_SEMI_ABERTO.aspx). Acesso em: 24 abr. 2020.

TRISOTTO, Fernanda. Prender mais e manter preso. 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/prender-mais-e-manter-preso-o-custo-da-proposta-de-bolsonaro-para-a-seguranca-e489eq94tc3iujetcxdd8z937/>. Acesso em: 16 out. 2020.

VALDERA, Sergi; VIDAL, Tomeu. Privacidad y territorialidad. In: TAPIA, Juan Ignacio Aragonés; CUERVO-ARANGO, María Amérigo (org). Psicología Ambiental. 3. ed. Espanha: Ediciones Pirâmide, 2010.

VASCONCELOS, Renata Thaís Bomm. Humanização de Ambientes Hospitalares: características arquitetônicas responsáveis pela integração interior/exterior. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Florianópolis, 2004.

